

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Informações gerais da avaliação:

Protocolo: 201808010

Código MEC: 1610086

Código da Avaliação: 144711

Ato Regulatório: Autorização

Categoria Módulo: Curso

Status: Finalizada

Instrumento: 298-Instrumento de avaliação de cursos de graduação - Autorização (presencial)

Tipo de Avaliação: Avaliação de Regulação

Nome/Sigla da IES:

CENTRO UNIVERSITÁRIO FARIAS BRITO

Endereço da IES:

67855 - CAMPUS - FFB CENTRAL - RUA Barão do Rio Branco, 2424 FATIMA. Fortaleza - CE.
CEP:60025-062

Curso(s) / Habilitação(ões) sendo avaliado(s):

DIREITO

Informações da comissão:

Nº 1/2 de Avaliadores : 2

Data de Formação: 05/09/2018 15:17:09

Período de Visita: 26/09/2018 a 29/09/2018

Situação: Visita Concluída

Avaliadores "ad-hoc":

LEILA REGINA PAIVA DE SOUZA (39340767349)

ADRIANA FASOLO PILATI SCHELEDER (64188477091) -> Ponto Focal

CONTEXTUALIZAÇÃO

Instituição:

Curso:

SÍNTESE DA AÇÃO PRELIMINAR À AVALIAÇÃO

Síntese da ação preliminar à avaliação:

DOCENTES

Nome do Docente	Titulação	Regime Trabalho	Vínculo Empregatício
ADRIANO PESSOA DA COSTA	Mestrado	Integral	CLT
ALDEMAR MONTEIRO NETO	Mestrado	Parcial	CLT
ALEXANDRE CARNEIRO DE SOUZA	Doutorado	Parcial	CLT
Cintya Oliveira de Carvalho	Mestrado	Integral	CLT
DEBORA BARRETO SANTANA DE ANDRADE	Mestrado	Parcial	CLT
Delano Benevides de Medeiros Filho	Especialização	Horista	CLT
FERNANDO ANTONIO NEGREIROS LIMA	Mestrado	Parcial	CLT
GLAUCO CIDRACK DO VALE MENEZES	Mestrado	Integral	CLT
HELENA STELA SAMPAIO	Doutorado	Integral	CLT
JOÃO RAFAEL DE FARIAS FURTADO NOBREGA	Doutorado	Horista	CLT
LIDIA VALESCA BOMFIM PIMENTEL RODRIGUES	Doutorado	Integral	CLT
Marcel Moraes Mota	Mestrado	Parcial	CLT
MARDÔNIO E SILVA GUEDES	Doutorado	Parcial	CLT
MARIO DAVID MEYER DE ALBUQUERQUE	Mestrado	Integral	CLT
RODRIGO UCHOA DE PAULA	Doutorado	Parcial	CLT
SAMUEL MIRANDA ARRUDA	Doutorado	Parcial	CLT

CATEGORIAS AVALIADAS

Análise preliminar

Informar nome da mantenedora.

Organização Educacional Farias Brito LTDA.
Endereço: Rua Barão do Rio Branco, nº 2424 - A Fortaleza-CE – CEP: 60025 - 062
CNPJ: 74.000.738/0001 – 95

Informar o nome da IES.

Centro Universitário Farias Brito – FB UNI

Informar a base legal da IES, seu endereço e atos legais.

O Centro Universitário Farias Brito foi credenciado como Faculdade Farias Brito pela Portaria no 1.825 de 15/8/2001, publicada no DOU de 17/8/2001 e reconhecido

pela Portaria no 1.377 de 30/9/2011, publicada no DOU de 30/9/2011.

Em 15.05.2017, a IES teve sua transformação Acadêmica em Centro Universitário, através da Portaria no. 1.161, publicada no DOU de 18.09.2017.

Endereço: Rua Castro Monte, no 1364, Varjota Cidade: Fortaleza-CE – CEP: 60.175 - 230 Site: www.fbuni.edu.br – Fone: (85) 3486-9090 CNPJ: 74.000.738/0006-08

A IES possui dois Campi no município de Fortaleza:

-Campus Aldeota(Rua Castro Monte, no 1364, Varjota Cidade: Fortaleza-CE – CEP: 60.175 - 230),

-Campus Central (Rua Barão do Rio Branco, nº 2424. Fortaleza-CE – CEP: 60025 - 062).

Direção (Resolução CONSU No 003, de 18 de setembro de 2017) Tales Montano de Sá Cavalcante – Reitor

Fernanda Denardin Gonçalves – Pró-reitora Acadêmico-Administrativa

Descrever o perfil e a missão da IES.

A IES tem como objetivo tornar-se centro de referência para o Ensino e para a disseminação da Ciência, da Educação e das Tecnologias, no âmbito local e regional, e ser um núcleo científico e cultural capaz de atrair, fixar e formar profissionais altamente qualificados para refletir e redefinir permanentemente o processo de desenvolvimento. Sua missão é “formar profissionais competentes e cidadãos por meio da integração do ensino, da extensão e da pesquisa/iniciação científica, nas modalidades presencial e a distância, com base nas inovações científicas e tecnológicas dentro dos padrões contemporâneos estabelecidos no Século XXI, estendendo à sociedade, de forma interativa, os conhecimentos e os serviços produzidos pela comunidade acadêmica, visando o desenvolvimento de Fortaleza e do Ceará”. Sua missão está em consonância com o art. 45 e ss. da Lei no 9.394, de 20/12/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os quais estabelecem a participação das instituições privadas no fortalecimento do ensino superior no país.

O Centro Universitário Farias Brito conta, hoje, com 21 cursos de graduação, nas modalidades bacharelado e tecnológico, e mais de 30 cursos de pós-graduação lato sensu, as Áreas de Humanas, Exatas, Tecnológicas e Saúde.

Verificar, a partir dos dados socioeconômicos e ambientais apresentados no PPC para subsidiar a justificativa apresentada pela IES para a criação do curso, se existe coerência com o contexto educacional, com as necessidades locais e com o perfil do egresso, conforme o PPC do curso.

O Estado do Ceará possui uma área total de 148.886,3 km², situando-se na Região Nordeste do Brasil, tendo como estados limítrofes o Piauí a Oeste, o Rio Grande do Norte e a Paraíba a Leste, Pernambuco ao Sul e o Oceano Atlântico ao Norte. Possui localização estratégica devido sua proximidade com a Europa, América do Norte e ainda com o Continente Africano, garantindo grande fluxo turístico internacional e boas condições para o desenvolvimento do comércio exterior. É composto por 184 municípios e 20 Microrregiões Administrativas. A Região Metropolitana de Fortaleza, possui estimados 4.051.744 habitantes (IBGE 2017), com Fortaleza se destacando como a 5ª maior metrópole do Brasil. A Região Litoral Leste destaca-se pelo turismo e produção eólica, além das indústrias, localizadas na Região Metropolitana de Fortaleza.

A capital do Estado, Fortaleza, de acordo com os dados educacionais do município (IPECE, 2016), Fortaleza conta com 6.157 estabelecimentos escolares de ensino fundamental, 938 de ensino médio e 5.694 de ensino educação infantil, com cerca de 1.272.352 alunos matriculados no ensino fundamental e 399.850 no ensino médio.

O crescimento anual médio (CAGR) dos ingressantes no ensino superior do Ceará no período de 2010 a 2016 é duas vezes superior ao crescimento nacional. A penetração da educação superior particular no Estado, no mesmo período, ainda é ligeiramente inferior à média nacional (32% versus 25%), mas esta diferença tende a ser reduzida nos próximos anos dadas as taxas de crescimento anual de ambas as categorias administrativas: 12% nas particulares e 5% nas públicas.

A finalidade maior do Centro Universitário Farias Brito – FB UNI é contribuir com o desenvolvimento econômico e melhorar as condições de vida da população brasileira,

em especial, a população fortalezense, cearense e nordestina. Por essa razão, trabalham para que os alunos concludentes em seus cursos e atividades em geral estejam capacitados para o desempenho pleno e eficiente das suas funções profissionais. Dessa forma, acreditam contribuir efetivamente para a construção de um país mais justo e forte, em que todas as pessoas tenham condições de viver com as mínimas condições de qualidade e bem-estar.

A IES justifica a autorização de mais um Curso de Direito, além da análise acima, pelo aumento das relações sociais e da complexidade da sociedade contemporânea globalizada, permeada por vasta quantidade de informações, amplia o universo jurídico, pela multiplicidade e especialização das relações sociais, comerciais, científicas e políticas estabelecidas. Nesse sentido, o processo educativo da IES é voltado para uma formação, além de profissional, também humanística, no qual o ensino não se limita à transmissão de informações e ao desenvolvimento de capacidades, mas funda-se no compromisso com o cultivo de princípios éticos e com a formação de um sujeito.

Pelo exposto, verifica-se coerência da justificativa de oferta do curso com o contexto educacional, com as necessidades locais e com o perfil do egresso previsto no PPC do curso.

o que justifica a criação de um novo curso de Direito no Campus Central do Centro Universitário Farias Brito.

Redigir um breve histórico da IES em que conste: a criação; sua trajetória; as modalidades de oferta da IES; o número de polos (se for o caso); o número de polos que deseja ofertar (se for o caso); o número de docentes e discentes; a quantidade de cursos oferecidos na graduação e na pós-graduação; as áreas de atuação na extensão; e as áreas de pesquisa, se for o caso.

A IES foi credenciada como Faculdade Farias Brito em 2001 e reconhecida em 2011. Em 2017, a IES teve sua transformação acadêmica em Centro Universitário, através da Portaria no. 1.161, publicada no DOU de 18.09.2017. Possui dois Campi no município de Fortaleza: Campus Aldeota e Campus Central.

A Organização Educacional Farias Brito possui apenas uma mantida: o Centro Universitário Farias Brito, criado em 2001, como Faculdade Farias Brito, instituição que deu início à trajetória da Organização Educacional Farias Brito no Ensino Superior, com um PDI que almejava o credenciamento de 4 cursos, Direito, Administração, Ciência da Computação e Marketing, a FFB foi autorizada pelo MEC a iniciar suas atividades. Em 2011, através de um novo PDI, a IES previu uma ampliação da oferta de cursos de 4 para 21, considerando a implantação dos cursos de Engenharia, a introdução de cursos tecnológicos e a abertura de um novo campus.

Hoje, o Centro Universitário Farias Brito conta com 21 cursos de graduação, nas modalidades bacharelado e tecnológico. É uma Instituição com forte atuação também na pós-graduação lato sensu, com mais de 30 cursos ofertados nas Áreas de Humanas, Exatas, Tecnológicas e Saúde.

Conforme informações do PDI, a IES possui um quadro docente formado em sua grande maioria por mestres e doutores, com experiência profissional nos setores público e privado.

Como apoio à extensão e à pesquisa, a Instituição favorece a participação dos estudantes nos projetos de Iniciação Científica, disponibilizando horas de dedicação dos professores de cada curso para acompanhamento dos projetos dos alunos. Promove anualmente a "Semana Universitária", durante a qual o aluno apresenta seu trabalho. É prática da instituição incentivar os alunos a participarem dos eventos culturais promovidos pelos cursos tanto no processo de organização como na apresentação de trabalhos.

O Centro Universitário tem clara percepção de tornar-se Centro de referência para o Ensino e para a disseminação da Ciência, da educação e das tecnologias, no âmbito local e regional; e Núcleo científico e cultural capaz de atrair, fixar e formar profissionais altamente qualificados para refletir e redefinir permanentemente o processo de desenvolvimento. Assim, o PDI busca traçar caminhos da instituição nos

próximos cinco anos. Está estruturado em objetivos, metas e ações a serem distribuídas em áreas de sua competência como a graduação, educação a distância, pós-graduação "stricto sensu" e "lato sensu", os programas de pesquisa, atividades de extensão, compromisso social com o corpo discente, gestão de recursos humanos, infraestrutura física, gestão institucional, incluindo a estrutura organizacional, diálogo com a comunidade, e quanto aos compromissos assumidos pela Instituição com a formação cidadã e com o desenvolvimento sustentável da sociedade local, regional e nacional, além da busca da excelência.

Informar o nome do curso (se for CST, observar a Portaria Normativa nº 12/2006).

Curso de Direito - Bacharelado
Título conferido: Bacharel em Direito.

Indicar a modalidade de oferta.

Presencial.

Informar o endereço de funcionamento do curso.

Rua Barão do Rio Branco, n.º 2424, bairro José Bonifácio, CEP 60.025-061, Fortaleza – CE

Relatar o processo de construção/implantação/consolidação do PPC.

Conforme referido no PPC, embora seja processo de autorização, "em processo permanente de atualização, o Projeto Pedagógico de Curso – PPC – é resultado das discussões entre docentes e discentes, que buscam atender aos critérios de qualidade de ensino, as diretrizes curriculares e as demandas sociais, econômicas e profissionais. É o PPC o extrato da realidade vivida, buscada e idealizada por todos os envolvidos na construção deste Curso de Direito, portanto não é resultado de consensos, mas de debates, conflitos, visões complementares, aprendido, por isso mesmo se encontra em processo permanente de construção".

O PPC prevê ainda que a concepção e implantação do Currículo é de responsabilidade do NDE para organização da carga horária mínima exigida (3.700 horas) e dos conteúdos que necessitam, de acordo com a concepção do curso e perfil do egresso. Também reformulações na execução organizada das atividades complementares, início do estágio curricular supervisionado a partir do 6º semestre, são exemplos de atuação de análise pelo NDE de conteúdos importantíssimos para a integralização curricular. Em processo permanente de atualização, o Projeto Pedagógico de Curso – PPC – será sempre resultado das discussões entre docentes e discentes, que buscam atender aos critérios de qualidade de ensino, as diretrizes curriculares e as demandas sociais, regionais, econômicas e profissionais.

Verificar o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso (caso existam).

Conforme reatado no PPC, o Curso de Direito do Centro Universitário Farias Brito busca construir uma formação geral que culmina com o aperfeiçoamento das capacidades de análise, de contestação, de construção lógica e argumentativa e, para tanto, se vale de aportes que vão além dos previstos nas diretrizes curriculares, com percebido pela presença das disciplinas de Hermenêutica Jurídica, Lógica Jurídica e Teoria da Argumentação em sua integralização curricular.

O currículo do Curso de Direito possui carga horária adequada com vistas a sua necessária formação para inserção do egresso no mercado de trabalho. Além das disciplinas constantes na matriz curricular, os alunos realizam disciplinas Optativas, Atividades.

Algumas disciplinas obrigatórias ou eletivas tratam destes conteúdos, previstos em seu ementário, como Conceitos de Sociologia e Antropologia Jurídica, Direitos Humanos, Direito Constitucional Ambiental e LIBRAS. Além destas, qualquer disciplina eletiva que o acadêmico venha a fazer, poderá conter assuntos relacionados a estes temas de forma recorrente em abordagens de conscientização por parte dos docentes em ambiente de sala de aula.

A inserção das pessoas com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho remete ao princípio da política de inclusão escolar das pessoas com deficiência, presente transversalmente nas disciplinas do Curso e também nos Cursos de

Extensão, oficinas e minicursos oferecidos ao longo da formação dos alunos. A existência do Núcleo de Acessibilidade do FBUni, garante espaço e atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista. Trata-se de segmento incluído entre aqueles cujos direitos estão resguardados pela política adotada nessa área. Outrossim, como referido ainda na PPC, com a finalidade de "promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil", conforme preconiza a legislação vigente, as matrizes curriculares em vigor no FB UNI determinam a inclusão de conteúdos relativos à diversidade étnica brasileira. De modo transversal, faz-se com que a temática deixe de se constituir em um momento da trajetória acadêmica, para se constituir como parte inerente a ela e capaz de enriquecê-la sobremaneira. De qualquer forma, o objetivo do Curso é contribuir para que o público acadêmico construa conhecimentos e desenvolva valores e atitudes de valorização e respeito à diversidade, de modo a interagir com o que é considerado diferente – mas não desigual.

Identificar as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica para cursos de licenciatura.

NSA

Verificar as especificidades do Despacho Saneador e o cumprimento das recomendações, em caso de Despacho Saneador parcialmente satisfatório.

O Despacho Saneador, após finalizadas as análises técnicas dos documentos apresentados pela Instituição interessada - Projeto Pedagógico do Curso e comprovação da disponibilidade do imóvel para a oferta do curso, concluiu que o processo de autorização atende satisfatoriamente às exigências de instrução processual estabelecidas, para a fase de análise documental, pelo Decreto nº 9.235/2017 e pelas Portarias MEC nº 20 e 23/2017.

Informar os Protocolos de Compromisso, Termos de Saneamento de Deficiência (TSD), Medidas Cautelares e Termo de Supervisão e observância de diligências e seu cumprimento, se houver.

NSA

Informar o turno de funcionamento do curso.

O curso funcionará no turno noturno.

Informar a carga horária total do curso em horas e em hora/aula.

A Carga Horária do Curso será de 3720 h/a – 4.320 horas

Informar o tempo mínimo e o máximo para integralização.

O tempo mínimo para integralização é de 10 semestres e o máximo de 20 semestres.

Identificar o perfil do(a) coordenador(a) do curso (formação acadêmica; titulação; regime de trabalho; tempo de exercício na IES; atuação profissional na área). No caso de CST, consideração e descrição do tempo de experiência do(a) coordenador(a) na educação básica, se houver.

O Coordenador do Curso de Direito, do Centro Universitário Farias Brito – FB UNI, Prof. GLAUCO CIDRACK DO VALE MENEZES, é Bacharel em Direito pela Universidade de Fortaleza, onde se graduou em 1996 e também se certificou como Especialista em Direito Processual Civil, em 2001. É Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Portugal, com título obtido em 2005. É docente da IES desde 2007 e atua como advogado na área do Direito Privado, desde 1997, estando inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, seção Ceará, sob o nº 11.743. Também integra a Comissão de Ensino Jurídico da OAB-CE, desde 2015 e é membro do Instituto dos Advogados do Ceará – IAC, desde o ano de 2016. O coordenador atuará em tempo integral de dedicação ao curso, com 40 horas semanais. De acordo com o Regimento Geral o coordenador preside tanto o colegiado do curso quanto o NDE.

Calcular e inserir o IQCD, de acordo com o item 4.9 da Nota Técnica nº 16/2017, Revisão Nota Técnica Nº 2/2018/CGACGIES/DAES.

4,125.

Discriminar o número de docentes com titulação de doutor, mestre e especialista.

O curso conta com 16 docentes. 8 doutores e 8 mestres.

Indicar as disciplinas a serem ofertadas em língua estrangeira no curso, quando houver.

NSA

Informar previsão de disciplina de LIBRAS, com indicação se a disciplina será obrigatória ou optativa.

A disciplina LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, caso o aluno venha a cursar, será computada além da carga horária obrigatória do curso.

Explicitar previsão de oferta de convênios do curso com outras instituições e de ambientes profissionais.

Essas políticas abrangem o estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas de relevo, destacando-se os convênios firmados com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE), além de grandes escritórios de advocacia. Tais convênios favorecem a troca de experiência com o metier; juri e amplia os horizontes da prática para os discentes, além de fortalecer o capital político da IES e do Curso de Direito.

Para além disso, convênios com outros centros culturais e acadêmicos, como o estabelecido com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, possibilitam o compartilhamento de experiências e vivências em projetos de ensino, pesquisa e extensão.

Informar sobre a previsão de compartilhamento da rede do Sistema Único de Saúde (SUS) com diferentes cursos e diferentes instituições para os cursos da área da saúde.

NSA

Descrever o sistema previsto de acompanhamento de egressos.

De acordo com as políticas previstas, no PPC, aluno egresso será aquele a por em prática a bagagem cultural, acadêmica e científica que recebeu da IES. Neste particular, é verdadeiro embaixador do referencial de qualidade do curso. Por tal razão, encontrará apoio nas ações de educação continuada, com oferta de cursos de Pós-Graduação (inclusive, com direito a usar a mesma política de desconto e concessão de bolsas do aluno graduando).

Os canais de comunicação da IES estão disponíveis para ampliação do relacionamento com os egressos, em diversas ações, disponibilizadas nas redes sociais e no link do FB Uni. Itens específicos que mantenham a Instituição como referência durante toda a carreira, tais como: boletim virtual (com divulgação de eventos e cursos de extensão), reportagens sobre mercado de trabalho e ofertas de emprego, servem de condutor para os desafios que o egresso enfrentará.

Indicar a composição da Equipe Multidisciplinar para a modalidade a distância, quando for o caso.

NSA.

Dimensão 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

5,00

1.1. Políticas institucionais no âmbito do curso.

5

Justificativa para conceito 5: A IES disponibilizou, in loco, as políticas institucionais constantes do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e desenvolvidas no âmbito do Curso. Entre elas, ressaltamos a Política de Ensino, Política de Extensão e Política de Pesquisa, todas voltadas aos aspectos da região que será ofertado o curso. A percepção do impacto das políticas acadêmicas previstas no âmbito do curso na formação da promoção de oportunidades de aprendizagem alinhadas ao perfil do egresso envolve uma ampla gama de elementos, podendo citar: • Com relação à Política de Ensino, o

PPC contempla uma estrutura curricular interdisciplinar, favorecendo um aprendizado transversal e propício ao desenvolvimento de competências e habilidades mais abrangentes, impulsionando o egresso à transformação social, política e econômica da sociedade. Nesse âmbito, outro destaque é a flexibilização da estrutura curricular, que garante ao discente a maior liberdade possível na sua formação acadêmica, o que se observa com a oferta de diversas disciplinas optativas e eletivas, de diversas áreas de conhecimento, além da possibilidade de complementar sua carga horária com inúmeras atividades extracurriculares. O ensino prático, por sua vez, está viabilizado desde o sexto semestre, através das parcerias que a IES já estabeleceu, mediante convênios com órgãos públicos e escritórios privados, cujos estágios serão supervisionados pelo Núcleo de Prática Jurídica ou pela Central de Estágios, ambos já montados. A previsão de revisão e atualização permanente do projeto pedagógico permite a atualização de ementas, programas de disciplinas, conteúdos, referências bibliográficas, metodologias, tudo conduzido criteriosamente pelo Núcleo Docente Estruturante – NDE. • Com relação à Política de Extensão, esta é definida por atividades de atendimento à comunidade, de natureza cultural, social, artística, científica e técnica, relacionadas ao ensino e à pesquisa. Assim, o PPC prevê ofertas de atividades à comunidade, interna e externa, ações de extensão sobre temas específicos e de interesse do curso, como simpósios, jornadas, cursos e palestras, reservando, obrigatoriamente, espaço para as temáticas essenciais de educação das relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, direitos humanos e educação ambiental e sustentabilidade. • Com relação à Política de Pesquisa, esta se dá por meio da Iniciação Científica, contemplando também a produção científica de acadêmicos e docentes de forma permanente pelos projetos de Pesquisa Jurídica. Cada ano, por ocasião dos Encontros Acadêmicos, será preparada Mostra de Iniciação à Docência e à Pesquisa para apresentação da produção científica dos acadêmicos pesquisadores e monitores. O resultado dessas amostras é publicado em Cadernos de Pesquisa e na revista do Curso de Direito, Diálogo Jurídico. Outro fator que pode-se referir, é que a IES tem pedido de abertura do Curso de Mestrado perante à CAPES e, caso seja deferido, a pesquisa terá reflexo na graduação, o que impulsionará as atividades de iniciação científica.

1.2. Objetivos do curso.

5

Justificativa para conceito 5: O PPC apresenta os objetivos do curso, tanto o geral, quanto os específicos, levando em consideração o perfil de acadêmico que pretende formar. O objetivo geral é voltado à preparação do discente para o mercado de trabalho, em todas as carreiras jurídicas possíveis, tanto na iniciativa privada quanto na pública. Quanto aos objetivos específicos, a estrutura curricular possibilita, ao alunado, formar seu senso crítico e refletir que o Direito é ciência em constante transformação, além de possibilitar que o acadêmico situe a importância do saber enquanto elemento político, como se observa nas disciplinas do eixo fundamental: Teorias do Direito e Epistemologia Jurídica, Ciência Política e Teoria do Estado, Filosofia Geral e do Direito, História do Direito e Conceitos de Sociologia e Antropologia. Com o objetivo de atender às características locais e regionais, e às novas práticas emergentes no campo do conhecimento relacionado ao Direito, a estrutura curricular, alinhada ao perfil do egresso, contempla a previsão de uma formação mais humanística e plural do discente, alinhando disciplinas como Direitos Humanos, Direito Constitucional II (Direitos e Garantias Fundamentais) e Psicologia Aplicada ao Direito, que futuramente se equalizarão com Soluções Adequadas dos Conflitos. Esta, por sua vez, centrada na preparação do discente para as ferramentas de Mediação e Conciliação, ajudará o egresso elaborar novas práticas no campo do conhecimento, tendo em vista o mercado emergente da Mediação. Por fim, avançando na estrutura curricular, estão presentes disciplinas que trarão uma formação mais específica que o PPC pretende conferir ao perfil do egresso, como as de Direito Civil, Direito Empresarial, Direito Urbanístico, Direito Municipal e Direito Constitucional Ambiental, que, como novas práticas emergentes no campo do conhecimento relacionado ao Direito, formará os egressos para abraçarem ações de preservação do acervo arquitetônico do centro histórico de Fortaleza e adjacências, incluindo, postular

pedidos de tombamentos, elaboração de instrumentos reguladores, assessoria jurídica, regularização das propriedades privadas e da ocupação dos espaços públicos da região central, com viés de humanização e sensibilização com os moradores de rua. Tal formação específica oportunizará que o bacharel encontre soluções para os problemas locais e regionais, com destaque para a regularização urbanística, do Centro Histórico da capital cearense.

1.3. Perfil profissional do egresso.

5

Justificativa para conceito 5: O perfil do egresso, previsto no PPC apresentado pela IES, está em total consonância com a Diretriz Curricular Nacional vigente do Curso de Direito, Resolução CNE/CES nº 09/2004. O projeto pedagógico expressa as habilidades e competências a serem desenvolvidas pelo discente egresso, pois a matriz curricular apresentada permite a condução fluida do aprendizado acadêmico, entre os eixos de formação fundamental, profissional e prático. O senso crítico e a identificação dos problemas sociais emergentes serão despertados por disciplinas como Filosofia Geral e do Direito, Conceitos de Sociologia e Antropologia, Ciência Política e Teoria Econômica do Direito. Para trabalhar com as noções de como enfrentar demandas sociais com soluções rápidas e adequadas, e utilização de métodos de pacificação social, identificou-se que a organização das disciplinas do eixo de formação profissional, sobretudo, Teoria Geral do Processo, Processo Civil I e Processo Civil II, está estruturada no ensino do Novo Código de Processo Civil e incentiva o uso da Mediação como instrumento de pacificação social, necessário para rápida solução dos conflitos. Tais conteúdos serão fortalecidos com o avançar do acadêmico na grade, pois há previsão de disciplina obrigatória de Soluções Adequadas de Conflitos, além das atividades práticas de Mediação e Conciliação, desenvolvidas no NPJ, com a existência de uma unidade do CEJUSC em suas instalações. Por sua vez, a previsão de inúmeras disciplinas de Direito Civil, Direito Empresarial, Direito Urbanístico e Direito Municipal, demonstram o compromisso do PPC com o perfil do egresso voltado ao Direito Privado, com ênfase na regularização da propriedade e sua relação com a cidade. Isto faz articular as competências ministradas com as necessidades locais e regionais. Nesse contexto, é possível observar que o PPC oportuniza a formação do egresso, capacitando-o com os fundamentos teóricos, legislativos e jurisprudenciais que norteiam a aplicação do Direito no ordenamento jurídico vigente e habilitando-os ao exercício profissional. Por fim, identifica-se que a estrutura curricular não é rígida, podendo, ao crivo da análise do NDE, converter em disciplinas obrigatórias, as opcionais previstas para área do Direito Bancário, do Comércio Exterior, do Direito Informático e da Propriedade Intelectual, dentre outras, o que demonstra planejamento para sua possível adaptação e ampliação às novas demandas apresentadas pelo mundo do trabalho, sem se afastar do perfil do Direito Privado.

1.4. Estrutura curricular. Disciplina de LIBRAS obrigatória para licenciaturas e para Fonoaudiologia, e optativa para os demais cursos (Decreto nº 5.626/2005).

5

Justificativa para conceito 5: O PPC apresentado estrutura sua matriz curricular de forma a permitir a integração de diferentes áreas de conhecimento e de saberes, ofertando disciplinas que fundamentam a base teórica e prática de forma interdisciplinar. A grade dos quatro primeiros semestres, por exemplo, permite o diálogo entre o eixo de formação fundamental, como Sociologia e Antropologia, Filosofia, Psicologia, Teoria Econômica, História e Ciência Política, com as disciplinas do eixo de formação profissional; Direito Constitucional, Direito Civil e Direito Penal, principalmente. Sem prejuízo desta interdisciplinaridade, foi possível observar que o PPC explicita, de forma clara, a articulação entre os componentes curriculares e o percurso de formação, o que se evidencia com os códigos de pré-requisito que conduzem o acadêmico, de forma segura, a cursar as disciplinas dos três eixos no tempo certo e com a maturidade acadêmica necessária. Quanto à flexibilidade, esta comissão verificou que a estrutura curricular foi desenvolvida na perspectiva da educação continuada, sendo concebida como uma realidade dinâmica e flexível, propiciando articulação do ensino teórico com o ensino prático, constatado com a presença de 4 (quatro) disciplinas obrigatórias de

Estágio Curricular Supervisionado, ofertadas a partir do sexto semestre. Além disso, a previsão de um NDE com autonomia para revisão, adequação e ampliação do currículo, conforme o dinamismo da profissão, e às exigências da DCN's, restou demonstrado o compromisso do projeto com a flexibilização. Também foi possível constatar a previsão de acessibilidade metodológica no PPC, através de programas de nivelamento, oficinas de oratória e atividades que favorecem o alinhamento do discente, com os conteúdos programáticos exigidos. Também identifica-se a oferta da disciplina de LIBRAS, como optativa. Constata-se, ainda, que existe coerência na divisão das 3.720 horas-relógio, referente à carga horária total do curso, com os 10 (dez) semestres contemplados na estrutura curricular, respeitando o regime de pré-requisitos, fielmente elaborado para o alicerce e desenvolvimento sólido do aluno. Por fim, observa-se a existência de elementos comprovadamente inovadores na estrutura curricular, sobretudo, quanto à oferta obrigatória de disciplinas teóricas e práticas voltadas para mediação de conflitos, e um perfil de curso voltado para o Direito Privado com viés de Direito Público, consagrando o fenômeno da Publicização do Direito Privado na formação do acadêmico.

1.5. Conteúdos curriculares.

5

Justificativa para conceito 5: Os conteúdos curriculares previstos no PPC apresentado, possibilitam o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso. O projeto foi concebido para formação acadêmica de profissionais completos, o que se comprova com a previsão de oferta de disciplinas obrigatórias, voltadas para educação ambiental, educação em direitos humanos e educação das relações étnico-raciais. Verificou-se na matriz, por exemplo, a oferta das disciplinas de Direitos Humanos, Direito Constitucional Ambiental, Conceitos de Sociologia e Antropologia Jurídica e História do Direito. Em análise aos programas destas 4 (quatro) disciplinas, identifica-se que o discente é direcionado ao estudo de conteúdos que favorecem o desenvolvimento das competências para identificar as políticas ambientais, de Direitos Humanos e das relações étnico-raciais, inclusive, quanto à cultura afro-brasileira e indígena, propiciando, ao acadêmico, a reflexão sobre as origens do povo brasileiro, sua interação social, os direitos e garantias fundamentais de proteção a ele, e sua relação com o meio ambiente. No âmbito mais específico do perfil de formação, previsto no PPC, que pretende fixar a identidade do Direito Privado com viés de publicização, identifica-se a existência clara de conteúdos curriculares que formarão o acadêmico para atuar com os direitos Imobiliário e Urbanístico. A pretensão do projeto é a habilitação dos egressos para abraçarem ações de preservação do acervo arquitetônico do centro histórico de Fortaleza e adjacências, incluindo, postular pedidos de tombamentos, elaboração de instrumentos reguladores, assessoria jurídica, regularização das propriedades privadas e da ocupação dos espaços públicos da região central, com viés de humanização e sensibilização com os moradores de rua. Para tanto, a grade contempla disciplinas como Direito Civil IV (Direito das Coisas), Direito Urbanístico, Direito Municipal, Direito Constitucional Ambiental e Direito Processual Constitucional e Coletivo. Desta forma, é possível reconhecer que o PPC induz o contato do egresso com conteúdos curriculares recentes e inovadores, o que torna um PPC diferenciado dentro da área profissional. Para embasamento da fundamentação teórica de tantos conteúdos programáticos importantes, observa-se que a bibliografia disponibilizada atende às exigências legais, sobretudo, de atualização. Por fim, constata-se que a carga horária de 1000 horas (1.200 horas-relógio) concentradas no estudo das relações privadas é mais do que suficiente para distribuir os conteúdos curriculares que formarão as competências pretendidas. A fim de que se possa analisar com maior propriedade as competências do egresso, a IES disponibilizou um simulador (através de via digital) da matriz de competências, que alinhado com os incisos do art. 4º. das DCNs do Direito que trazem as competências gerais, abrange, tanto os eixos de formação, quanto as áreas formativas garantindo uma melhor distribuição das unidades curriculares, facilitando a sua atualização no mercado profissional.

1.6. Metodologia.

5

Justificativa para conceito 5: Inicialmente, precisa-se destacar que embora esteja se tratando de autorização do Curso de Direito, a IES já possui outro, situado no Campus Aldeota, o qual já foi reconhecido e desenvolve suas atividades a quase duas décadas. Sendo assim, a equipe que idealizou e será responsável pela implementação desta graduação entende bem o seu papel e possui know how para tanto. A Matriz Curricular prevê o desenvolvimento de conteúdos dos diferentes âmbitos do conhecimento profissional, baseado nas DCNs do Curso de Bacharelado em Direito, instituída pelas Resoluções CNE/CES n. 9/2004 e nº 3/2017. Esta matriz do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário Farias Brito, Campus Central, contempla de forma excelente os conteúdos essenciais para o Curso de Graduação em Direito. Efetivamente, todos os componentes curriculares estão relacionados com os objetivos do curso, atendendo aos critérios de necessidades locais, adequação das cargas horárias (em horas) e adequação da bibliografia. A metodologia, prevista no PPC, atende:

- Ao desenvolvimento de conteúdos, por meio das seguintes práticas: a) Ensino centrado na aprendizagem do aluno; b) Ênfase na solução de problemas e na formação de profissionais; c) Incentivo ao trabalho em equipe e à capacidade empreendedora do aluno; d) Capacidade de lidar com os aspectos socioeconômicos e político-ambientais de sua profissão e de sua cultura local; e) Enfoque interdisciplinar; f) Metodologia de aula investigativa levando ao aluno a formação autônoma e crítica; g) Articulação do ensino com a pesquisa desenvolvendo o espírito científico do corpo discente; h) Atividades extraclasse possibilitando o contato do aluno com a sociedade e contribuindo para a sua formação cidadã; i) Aulas práticas em laboratório empregando recursos tecnológicos adequados; j) Aplicação dos conhecimentos adquiridos em sala de aula em projetos de intervenção social, técnica e/ou científica, através da prática profissional.
- Estratégias de aprendizagem, por meio de: a) Aulas expositivas dialogadas; b) Práticas; c) Atividades Práticas Supervisionadas; d) Projetos; e) Seminários; f) Visitas técnicas; g) Outras atividades com o objetivo de complementar a formação, tais como estágio, trabalho de conclusão de curso, pesquisa e atividades complementares de uma maneira geral.
- Contínuo acompanhamento das atividades, por meio da interação dos professores com os acadêmicos, principalmente nas atividades práticas, seminários, desenvolvimento dos estágios, projetos de pesquisa e trabalho de conclusão de curso. Ressalte-se que o Curso de Direito já existente na IES desenvolve a prática de eleger representantes de turma, os quais são atendidos periodicamente pela coordenação do Curso a fim de avaliar como está o progresso dos conteúdos das disciplinas. Acrescente-se que a IES possui várias ferramentas tanto para avaliação dos alunos (VG) como avaliação dos professores;
- Acessibilidade metodológica, por meio de atividades discentes com flexibilização de horário, na acessibilidade de materiais virtuais no Portal FB UNI com softwares e hardwares adaptados, slides com mix de vídeo, textos impressos e ampliados, dentre outros recursos existentes.
- Autonomia do discente, por meio de preleções e aulas expositivas sob orientação docente e atividades práticas supervisionadas, realizadas individualmente ou em grupo, tais como: aulas práticas de campo ou laboratório, projetos interdisciplinares, trabalho de conclusão de disciplina, atividades em biblioteca, iniciação científica, extensão, cursos e serviços, práticas de ensino, pesquisa bibliográfica, trabalhos acadêmicos diversos, estudos de casos, estudos dirigidos, visitas técnicas orientadas ou acompanhadas com apresentação de relatório, conferências, palestras e outras atividades definidas nos Planos de Ensino. A presença de práticas pedagógicas que estimulem a ação discente em uma relação teoria-prática é percebida através de metodologias emancipadoras e participativas (computadores conectados à internet, estudos de casos, dinâmicas de grupo, aula investigativa levando ao aluno a formação autônoma e crítica, rodas de discussões com diversas temáticas, aulas práticas, aulas de campo entre outras) e com a utilização de recursos áudio-visuais (quadro branco para escrita, programas de software de pesquisas, projetor multimídia, caixa de som, entre outros) permitindo ao aluno não ser um mero espectador, mas sujeito ativo de seu aprendizado. Destaque-se que a metodologia adotada no curso alterna entre teoria e prática, e a convergência entre teoria e prática é realizada principalmente através de experiências em salas de aula e práticas

de laboratório. São também previstas visitas técnicas como forma de demonstrar a aplicação dos conceitos acadêmicos para a sociedade. O Curso apresenta a possibilidade de caráter inovador e embasado em recursos que proporcionem aprendizagens diferenciadas dentro da área. Nesse sentido, vale citar que o Curso irá privilegiar a formação constitucional do jurista, fundando-se em metodologia participativa/dialogada do ensino, integrando a prática meramente expositiva com as metodologias ativas, como tendência das teorias e metodologias das ciências sociais aplicadas, visando ao envolvimento com a comunidade e ao desenvolvimento de atividades de pesquisa, extensão e atuação jurídica voltada para demandas locais, gerando uma visão crítica dos fenômenos sociais.

1.7. Estágio curricular supervisionado. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado. NSA para cursos que não contemplam 5 estágio no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).

Justificativa para conceito 5: O estágio supervisionado obrigatório já está consolidado nesta IES, posto que já possui outro campus em funcionamento há quase 20 (vinte) anos, o qual possui desde sua origem o Curso de Direito. Destaque-se que já existe o Núcleo de Práticas Jurídicas, o qual é muito bem conceituado tanto no meio jurídico quanto pela comunidade local, já tendo sido reconhecido pelos seus relevantes serviços. Sendo assim, já possui todos os regulamentos necessários, bem como os convênios com as principais instituições locais da seara jurídica, tais como: Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, Justiça Federal, Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Defensoria Pública Estadual, Procuradoria do Estado etc. Cabe destacar que foi elaborado de acordo com as Diretrizes Curriculares do MEC, Resolução CNE/CES 3, de 14 de Julho de 2017 (que alterou o art. 7º da Resolução CNE/CES nº 9/2004 que tratava do estágio supervisionado no tocante às Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Bacharelado em Direito). Logo, o estágio supervisionado está muito bem idealizado e estruturado no PPC. De acordo com o referido documento, seu início está previsto para o 6º período do curso, contando com 4 (quatro disciplinas) de 80 (oitenta horas), perfazendo a carga horária total de 320 horas, cumprindo com as exigências das DCNs. A Coordenação de Estágio é comum para todos os cursos da IES. Atualmente, a Coordenação de Estágio Supervisionado é exercida pela funcionária Josenira Silva, nomeada segundo Portaria nº 028/2016, que esteve disponível para atender à Comissão, apresentando os seguintes materiais que comprovam o cuidado e comprometimento com que as atividades de Estágio são realizadas:

- Regulamento do Estágio
- Portaria de Nomeação dos Coordenadores de Estágio
- Relação de Convênios firmados pela IES para a prática dos Estágios
- Amostras de dossiês de alunos que já realizaram Estágios Supervisionados com os seguintes documentos: – Declaração de Estágio com especificação das atividades desenvolvidas – Termo de Compromisso – Relatório de Estágio (feito pelos alunos) – Relatório de Visita ao Campo de Estágio (feito pelos professores orientadores) – Relatório Mensal de Acompanhamento (feito pelos professores orientadores)

Dessa forma, observa-se que as formas de apresentação, orientação, supervisão e coordenação estão previstas no curso e implantadas na IES. O processo de Orientação e Supervisão de Estágio considera a disponibilidade do professor de acompanhar cada aluno por 2 horas mensais, estruturando uma relação supervisor/aluno compatível com as atividades de cada docente na IES, conforme plano de trabalho apresentado por cada professor. Como estratégias para gestão da integração entre ensino e mundo do trabalho e mecanismo de interlocução institucionalizada da IES com o(s) ambiente(s) de estágio, no Relatório de Visita ao Campo de Estágio existe um espaço para que os profissionais que recebem os estagiários possam informar as debilidades e fraquezas detectadas na formação do aluno, com o objetivo de gerar insumos para atualização das práticas do estágio e revisão da estrutura curricular com o objetivo de melhor atender às competências previstas no perfil do egresso. Para finalizar, vale citar que a IES também realiza acompanhamentos dos Estágios Não Obrigatórios, e foram apresentados, durante a visita os termos de compromissos e os relatórios de Avaliação (feitos pela instituição).

1.8. Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA:NSA

1.9. Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA:NSA

1.10. Atividades complementares. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem atividades complementares. NSA para cursos que não contemplam atividades complementares no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN). 5

Justificativa para conceito 5:As atividades complementares estão previstas por meio de regulamento próprio apresentado à Comissão. Considerando uma carga horária total de 252 horas, incorpora a possibilidade de realização de grande diversidade de atividades. Entre elas, vale ressaltar: - DOCÊNCIA: Atividades relacionadas à prática orientada de experiências de ensino, bem como de iniciativas que reforcem aptidões para a carreira jurídico-acadêmica. O Programa de Monitoria Acadêmica e Voluntária permite ao aluno o acompanhamento de um professor, durante o período letivo de um ano, para aprofundar-se em uma disciplina de seu interesse, através de pesquisas, discussão e acompanhamento de atividades docentes, bem como produção orientada de textos. Coordenado pelo poeta, escritor premiado e professor Genuino Sales, o Programa de Oratória trabalha com o aperfeiçoamento da retórica e expressão oral dos estudantes, além de promover o conhecimento de textos magistrais da Literatura Brasileira, buscando proporcionar ao aluno a correta utilização da Língua Portuguesa em suas atividades profissionais. - PESQUISA: Atividades relacionadas à produção do conhecimento, através de estudos específicos orientados (abrangendo ou não temas jurídicos), produção de textos acadêmicos, contato com a realidade dos programas de pós-graduação stricto sensu, bem como observação, relato e crítica de atividades relacionadas às carreiras jurídicas, a fim de desenvolver habilidades, competências e interesse pelo trabalho de pesquisa. O Programa de Pesquisa Jurídica – PPJ tem por finalidade produzir conhecimento jurídico, desenvolvendo nos acadêmicos as habilidades e competências na área da pesquisa. Os alunos engajados no PPJ são orientados por professores em linhas de pesquisas jurídicas diversas e os resultados dos trabalhos são anualmente apresentados no Encontro de Iniciação à Pesquisa da FB UNI. O Projeto Diálogos Contemporâneos visa proporcionar a cultura do diálogo no ambiente acadêmico, contribuindo para a interação entre o saber jurídico e os temas transversais, como a cultura, o amor, a arte, a religião, o exercício da profissão entre outros. Os debates são provocados pela exposição de renomados professores, promovendo a reflexão acerca da contemporaneidade. O Projeto Visita Guiada leva os acadêmicos do curso de Direito aos órgãos judiciários e auxiliares da Justiça para que os alunos tenham conhecimento da realidade e funcionamento destas entidades. - EXTENSÃO: Atividades relacionadas à prestação de serviços jurídicos à comunidade e a qualquer forma de interação entre Academia e Sociedade, ação social e voluntariado, iniciativas culturais e interdisciplinares. Promove o diálogo e a troca de saberes e experiências entre alunos, professores, profissionais do Poder Público em todos os níveis, entidades organizadas da sociedade civil e qualquer membro da comunidade. O Programa de Responsabilidade Social caracteriza-se pela promoção de diversas atividades voltadas para ações de responsabilidade social, objetivando a formação educacional voltada para os Direitos Humanos e o desenvolvimento, nos acadêmicos, de uma mentalidade coletiva para o exercício da solidariedade, do respeito às diferenças e da tolerância. Tais ações preocupam-se com a difusão e disseminação do conhecimento, visando combater o preconceito, a discriminação e a violência, além de promover valores como liberdade, igualdade e justiça. As atividades são desenvolvidas junto a órgãos assistenciais parceiros da FB UNI que dão apoio a setores específicos da sociedade, como a mulher vítima de violência doméstica, crianças e adolescentes, deficientes físicos, idosos, apenados de final de semana e etc. -

NIVELAMENTO: Objetivando ajudar os alunos na preparação para o Exame de Ordem, a FB UNI elabora cursos de nivelamento e se coloca à disposição do aluno para ajudá-lo nesta importante etapa de sua formação acadêmico-profissional, proporcionando aulas de revisão em todas as áreas do Direito, bem como a resolução das provas aplicadas nos anos anteriores, dando amplo suporte técnico e psicológico a seus acadêmicos. Por sua vez, o Curso Preparatório para o ENADE tem como objeto preparar os acadêmicos para obterem um bom desempenho no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE, que avalia o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências. O Curso de Direito promove também preparatórios para língua portuguesa, oratória, latim jurídico, dentre outros necessários ao perfil do acadêmico FB UNI. No Regulamento das Atividades Complementares são especificadas as formas de aproveitamento, em que podemos destacar as atividades realizadas dentro das dependências do FB UNI, cujas horas correspondentes são lançadas nos históricos acadêmicos dos alunos participantes de acordo com os critérios mínimos de frequência e avaliação, sem necessidade de solicitação específica para o cômputo. É possível também o aproveitamento de atividades desenvolvidas por outras instituições, desde que comprovada a efetiva participação e aprovação, indicando ainda conteúdo programático, atividade desenvolvida, período de realização, carga horária, nota de avaliação, se for o caso, e instituição responsável. Além disso, é prevista a possibilidade de desenvolvimento de projeto jurídico de iniciativa do acadêmico, de conteúdo de formação social ou assistencialista, voltado para comunidade, desde que mediante prévia apresentação e aprovação de plano pedagógico pela Coordenação de Atividades Complementares. A aderência à formação geral e específica do discente, constante no PPC, está presente no modelo como as Atividades Complementares são organizadas, estando articuladas não só às atividades específicas desenvolvidas pelas disciplinas (seminários direcionados ao conteúdo programático, simulações de tribunais do júri, cortes superiores nacionais e internacionais, visita de profissionais à sala de aula para debates sobre carreiras jurídicas, atividades externas para a apreciação real dos órgãos do Poder Judiciário e sistema de mediação/conciliação, visitas de campo, etc.), como também às atividades do próprio curso, com vias a promover o feedback entre a sociedade e academia. Como mecanismos inovadores na sua regulação, gestão e aproveitamento, vale citar que optou-se por estruturar as Atividades Complementares de forma que os acadêmicos devam totalizar um mínimo de 252 horas durante todo o período da graduação, devendo tal carga horária ser distribuída em quatro diretrizes distintas, cada uma com uma quantidade específica de horas mínimas, quais sejam: Iniciação à Docência; Iniciação à Pesquisa; Extensão e Nivelamento. A divisão das atividades complementares nas quatro diretrizes apresentadas permite que o acadêmico desenvolva uma sólida formação em diversas atuações do ensino superior e converte-se em uma inovação do Centro Universitário Farias Brito. Além das atividades desenvolvidas juntos aos órgãos parceiros do FB Uni, o curso de Direito oferece oportunidades múltiplas para que seus alunos integrem a carga horária de atividades complementares no próprio Centro Universitário, promovendo eventos, programas e projetos que estabelecem pontes entre a Academia, o Círculo Profissional Jurídico e a Comunidade, democratizando e enriquecendo de experiências a vida acadêmica do estudante de Direito. Nesse contexto, a Coordenação de Atividades Complementares do curso de Direito é competente para estabelecer regras e limites, assim como idealizar, implementar, supervisionar, avaliar e aproveitar as atividades realizadas.

1.11. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Obrigatório para cursos cujas DCN preveem TCC. NSA para cursos que não contemplam TCC no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN). 5

Justificativa para conceito 5: O Trabalho de Conclusão de Curso está previsto, conforme Regulamento próprio, mediante estrutura e desenvolvimento de duas disciplinas, TCC I e II, considerando uma carga horária total de 160 horas. A referida produção acadêmica conforme especificado em regulamento - é um trabalho monográfico apresentado ao final

do curso de graduação que deve expressar o conhecimento do aluno sobre um tema no campo da área jurídica. De tal forma, a monografia consiste na produção escrita de uma pesquisa acerca de um tema específico e bem delimitada, de maneira descritiva e analítica e de profundidade relacionada ao conhecimento adquirido no curso de graduação. Origina-se, principalmente, de pesquisa bibliográfica e de documentação. Conforme as normas da associação brasileira de normas e técnicas (ABNT). A implantação das atividades realizadas no Trabalho de Conclusão de Curso é realizada por meio de uma Coordenação própria, a ser desenvolvida pelo Prof. Mardônio Guedes que atua na área de gestão de pesquisa de graduação desde 2017. A Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso orienta constantemente professores e alunos, na produção de pesquisas monográficas que devem ser desenvolvidas semestralmente de acordo com a carga horária prevista pelo Centro Universitário Farias Brito. Na ótica de garantir a eficiência, atualização e qualidade a despeito da elaboração das produções científicas de graduação. Além disso, os alunos contam com o apoio de um Professor Orientador. O trabalho de orientação é pautado pela construção de relatórios de pesquisa produzidos pelos professores orientadores, com o propósito de registrar, orientar e disponibilizar os estudos científicos desenvolvidos pelo Curso de Direito. Os seguintes documentos institucionais são utilizados para apoiar esse processo: • Calendário semestral de desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso • Normas de Produção do Trabalho de Conclusão de Curso, expressas e sedimentadas no Manual Acadêmico do Curso de Direito • Relatórios mensais de orientação do Trabalho de Conclusão de Curso A partir de 2018 a IES conta com repositório institucional próprio, desenvolvido internamente pela Equipe de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação da Mantenedora e acessível a toda a comunidade, via internet, pelo site da IES. Tal repositório permite a gestão de um banco de dados digital, no que concerne aos trabalhos de conclusão efetivados durante os semestres letivos. O conjunto das informações congrega referências sobre temáticas de pesquisa da graduação e resumos de monografias concluídas pelos alunos do curso. Um amplo instrumento de consulta, embasado na acessibilidade pela internet, por intermédio de pesquisa no site do Centro Universitário Farias Brito.

1.12. Apoio ao discente.

5

Justificativa para conceito 5: Por meio da análise do PPC e das evidências constatadas e comprovadas por ocasião da visita in loco, conclui-se que a política de atendimento aos discentes do Centro Universitário Farias Brito contempla programas que apoiam o aluno em todos os aspectos de sua vida universitária, do ingresso a conclusão do curso, conforme verificado no PDI, no PCC, no formulário eletrônico e nos regulamentos dos programas. No item 6 do PDI encontram-se relacionados programas que facilitam o acesso, acolhimento e a permanência do estudante, com ênfase especial na promoção do intercâmbio acadêmico e cultural, bem como no acompanhamento, apoio e atendimento em todos os setores pedagógico-administrativos da IES. a) Ações de Acolhimento e Permanência do Discente: tais ações são verificadas através de vários programas da IES, como Programa de Acolhimento ao Aluno Novato; Programa de Desenvolvimento Profissional e Empregabilidade; Programa de Acompanhamento do Egresso; Projeto Aluno FBUBNI Nasceu para Brilhar e Programas de Apoio Financeiro. b) Acessibilidade Metodológica e Instrumental: a promoção da acessibilidade e eliminação de barreiras pedagógicas na aprendizagem está bastante evidenciado no Regulamento de Melhorias em Acessibilidade da IES e na atuação de seu Núcleo de Acessibilidade. Como exemplo pode-se citar as ações promotoras da acessibilidade metodológica e instrumental a dilatação do tempo quanto a entrega de trabalhos e na aplicação de avaliações, a adequação de material impresso para alunos com baixa visão, a previsão de contratação de intérprete em libras para alunos surdos, a capacitação de funcionária para atendimento em libras, a disponibilização de materiais didáticos em formato eletrônico no Portal do Aluno, a adaptação do formato de provas mediante demandas discentes individuais. Os alunos com deficiência visual e auditiva contam com recursos como teclado em braille, mouse adaptado e os softs específicos como o DOSVOX, V LIBRAS e NVDA nos laboratórios. Além disso, todos os ambientes físicos estão identificados em

braille e dispõem de piso tátil. Cabe também lembrar de que a disciplina de Libras (Língua Brasileira de Sinais) é ofertada como disciplina optativa na grade da matriz curricular dos cursos, contribuindo para tornar a comunicação dentro e fora da instituição verdadeiramente inclusiva. Por fim, cabe ressaltar que os programas de capacitação pedagógica e atitudinal voltada para os docentes e corpo técnico, aliados ao acompanhamento do aluno com deficiência/Altas Habilidades/ou com TEA junto a orientação de seus professores criam condições para a efetivação da acessibilidade pedagógica. c) Programa de Monitoria: permite ao aluno o acompanhamento de um professor durante o período letivo de um ano, para aprofundar-se em uma disciplina de seu interesse, através de pesquisas, discussão e acompanhamento de atividades docentes, bem como produção orientada de textos. As vagas são ofertadas semestralmente, podendo gerar um desconto de 25% na mensalidade e são preenchidas através de concurso. d) Programa de Nivelamento: as atividades de nivelamento do curso de Direito objetivam apoiar o aluno em importantes etapas de sua formação acadêmico –profissional. e) Intermediação e Acompanhamento de Estágios não Obrigatórios Remunerados: O acompanhamento do aluno em estágios não obrigatórios remunerados é feito pela Coordenação de Apoio Psicopedagógico em parceria com a Central de Estágios. f) Apoio Psicopedagógico: é realizado pela Coordenação de Apoio Psicopedagógico (CAP), e desempenhado por profissional psicóloga especialista em Psicopedagogia. O setor tem regulamento próprio que rege sua atuação. Abrange ações de Orientação de Estudo; Atendimento psicopedagógico e encaminhamento para acompanhamento especializado, quando identificada demanda; Orientação profissional e vocacional; Atendimento psicopedagógico a funcionários e alunos com dificuldades de adaptação à realidade universitária, de relacionamento interpessoal e outras situações; Atividades em sala de aula com o objetivo de trabalhar o processo de transição do Ensino Médio para o Ensino Superior; Atividades em sala de aula com o objetivo de refletir a função social do Ensino Superior e a qualidade da aprendizagem e formação acadêmica dos discentes; Suporte a integração, permanência e conclusão do curso de alunos com deficiência, altas habilidades e alunos dentro do espectro autista. g) Programas de participação de Centros Acadêmicos; h) Programas de Participação em Intercâmbios: embora a internacionalização ainda não seja um objetivo estratégico da instituição descrito no PDI, a mesma favorece o processo de intercâmbio de seus alunos por meio de uma parceria com a instituição Intercambio Global, empresa focada especificamente na elaboração de programas de Intercâmbio Acadêmico, atuando com programas que exigem convalidação externa e também como programas curtos de formação continuada. Com Programação específica que poderá ser revalidada para os alunos de Direito, a IES realiza a divulgação do processo seletivo de intercâmbios para algumas Universidades estrangeiras, como Bluefield College; Radford University; Missouri-Kansas City University e Liaison America. Para dar suporte a necessidade de formação em língua inglesa, a IES conta com o inglês Técnico como disciplina optativa ofertada com regularidade para toda a IES. i) Ação inovadora: a IES conta com um grande diferencial no atendimento discente, cumprindo de forma plena com a recomendação do MEC quanto a existência de instância a qual permite o atendimento discente em todos os setores pedagógico-administrativos da instituição. Esse diferencial destaca-se através da Coordenação de Apoio ao Aluno, que é exercida por profissional bacharel na área, com dedicação de 40 horas semanais. Esta Coordenação de Apoio ao Aluno atua junto à equipe de professores, coordenadores e funcionários e corpo discente com a finalidade de resolver os assuntos de ordem acadêmica para manter o bom relacionamento entre todos.

1.13. Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa. 5

Justificativa para conceito 5: O planejamento da gestão do curso é realizado periodicamente em duas ações, semestralmente para o planejamento de ações de curto prazo para o semestre seguinte e anualmente, após o término do ano, para ações de médio ou longo prazo mais estruturantes. Para o planejamento no curto prazo, ou seja, ações para o próximo semestre, usa-se como insumos a autoavaliação institucional, ouvidorias do período e demandas da direção. A nível de curso, os resultados da autoavaliação Institucional, conduzidos e

encaminhados aos coordenadores pela CPA, oferecem aos coordenadores de curso informações fundamentais para o planejamento da gestão de seu curso. Dentre os relatórios disponibilizados aos coordenadores de curso estão: a) Resultado da avaliação dos professores pelos alunos por curso: confere ao coordenador material crítico para refletir sobre as necessidades e oferecer capacitação adequada para seus docentes, bem como para verificar boas práticas a partir dos elogios. Com isso, dependendo do teor do resultado da avaliação, pode-se conversar particularmente com docentes que precisem de atenção especial e fazer a alocação de disciplinas a partir da análise de adequação dos docentes em suas turmas e disciplinas. b) Resultado da avaliação institucional das coordenações de cada curso: com esse relatório o coordenador consegue verificar a percepção do alunado com relação a sua própria coordenação, bem como com relação às coordenações de apoio ao seu curso. Permite verificar deficiências nos colaboradores e setores que o apoiam para planejar as ações preventivas e corretivas necessárias. Os comentários realizados a partir dessas questões auxiliam a tomada de decisão e melhorias em relação a gestão do curso de maneira abrangente. c) Resultado da avaliação institucional: permite ao coordenador fazer uma análise mais qualitativa dos pontos fortes e fracos do curso na perspectiva de análise dos comentários dos alunos. Essas informações são valiosas pois refletem o que mais importa para os sujeitos avaliadores, sendo insumo importante para os planejamentos e ações de melhoria contínua do curso. As avaliações externas são conduzidas na IES e acompanhadas de perto pela CPA que participa dos processos de avaliação conduzidos pelo INEP/MEC e divulga seus resultados para toda a comunidade acadêmica através do site institucional da CPA (fbuni.edu.br/cpa). A partir do relatório da avaliação externa a CPA avalia todos os aspectos pontuados pelo mesmo e direciona para os setores e coordenadores as informações e ações que necessitam ser consideradas e conduzidas para melhoria da qualidade do Curso e atualizações sobre novos entendimentos e interpretações do instrumento com vistas a melhorar as práticas acadêmicas. A apropriação dos resultados por esses segmentos é feita a partir de diversas ações, como por exemplo os feedbacks feitos pela equipe da CPA e suas mídias de divulgação (datashow, e-mail marketing, portal do aluno, acontece FBUNI, facebook e Instagram, visitas à salas de aula e de professores, etc.). Feedbacks são também realizados nas sensibilizações para a nova avaliação, onde se estimula a participação dos segmentos da comunidade informando as melhorias que ocorreram a partir dos resultados da avaliação anterior, e divulgado amplamente para toda a comunidade acadêmica a possibilidade do acompanhamento do que está sendo feito pelo site da CPA. Para favorecer essa apropriação dos resultados da autoavaliação são divulgados em todo o campus também através de cartazes, banners e folders as conquistas realizadas a partir desse processo. Essas conquistas também são identificadas com um adesivo: "Você pediu e a CPA atendeu" para que todos os segmentos percebam essas mudanças. Entre elas, vale destacar: inauguração de um elevador, troca dos papéis toalha do banheiro, aumento das vagas dos estacionamentos, ampliação dos laboratórios de informática, aumento das mesas das áreas de convivência. Para o processo autoavaliativo periódico do curso, com vistas a ações mais estruturantes de médio e longo prazos, a CPA propôs a realização de Relatório de Autoavaliação do Curso a ser elaborado no início de cada ano, relativo às últimas informações disponíveis, a ser realizado colaborativamente pelo coordenador, NDE do curso e ser validado no Colegiado do Curso. Esse relatório deve ser construído no ano atual a partir das seguintes fontes de informações relacionadas ao curso: último ENADE do curso; Visitas in loco de comissões do INEP/MEC para os cursos de mesma área nos 3 últimos anos; Relatórios de autoavaliação do ano anterior; Último instrumento de avaliação para reconhecimento de curso; Último relatório de Curso em suas tarefas pendentes de execução. O relatório de auto-avaliação de curso consiste em um documento apresentado pelo NDE/coordenação de curso para sanar problemas identificados no curso, em todos os âmbitos previstos nas fontes de informação acima, com vistas a sua melhor qualidade e deve ser elaborado de acordo com as orientações da CPA previstas no documento "Roteiro para construção do Relatório de auto-avaliação do curso de graduação".

1.14. Atividades de tutoria. Exclusivo para cursos que visam a ofertar disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016). NSA

Justificativa para conceito NSA:NSA

1.15. Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria. Exclusivo para cursos que visam a ofertar disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016). NSA

Justificativa para conceito NSA:NSA

1.16. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem. 5

Justificativa para conceito 5:A instituição possui recursos tecnológicos que garantem a execução do projeto pedagógico do curso, como um Laboratório de Informática, equipado com 22 (vinte e dois) computadores e softwares de última geração, projetor multimídia e rede sem fio; Biblioteca com sistema informatizado para consulta de acervo, inclusive via internet, e acesso à internet através da disponibilização de 8 (oito) mini PC's (terminais) e rede sem fio para todo o corpo discente; Sala FB Edutech equipada com 9 (nove) notebook's/mini PC's, com acesso à Internet e rede sem fio. A Internet é disponibilizada através de dois link's dedicados e redundantes, com banda 50Mbps cada, contratados de duas empresas de renome, com largura de banda suficiente para os usuários, mesmo em momentos de pico. Os link's de internet que atendem o Laboratório, a Biblioteca e o Laboratório Edutech são link's dedicados e redundantes, garantindo alta disponibilidade do serviço. Tanto o laboratório de informática como a Biblioteca garantem a acessibilidade digital através da disponibilização de softwares como o DOSVOX, VLIBRAS e NVDA nos computadores e terminais, assim como equipamentos como fones de ouvido e teclado em braile. O Portal do Aluno é o ambiente virtual de comunicação entre o corpo docente e o discente onde, através dos fóruns e salas de bate-papo ministradas pelo professor, os alunos podem esclarecer dúvidas, interagir com outros colegas de turma e ter acesso aos mais variados materiais acadêmicos. O Portal também permite o acesso aos materiais disciplinares (livros, slides), bem como assegura a integração com a biblioteca virtual (conhecida como Minha Biblioteca), onde o acadêmico pode desfrutar do acervo virtual com mais de 8 mil títulos de diversas áreas do conhecimento. Outras funcionalidades, como a entrega de trabalhos através da plataforma e avaliações virtuais também são oferecidas, fornecendo meios eficazes de avaliação do aprendizado. A acessibilidade também é levada em conta, uma vez que o conteúdo da tela é amigável a leitores para deficientes visuais, assim como é possível melhorar a legibilidade invertendo o espectro de cores das páginas e aumentando/diminuindo as fontes.

1.17. Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Exclusivo para cursos que visam a ofertar disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016). 5

Justificativa para conceito 5:NSA

1.18. Material didático. NSA para cursos que não contemplam material didático no PPC. NSA

Justificativa para conceito NSA:NSA

1.19. Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem. 5

Justificativa para conceito 5:Os procedimentos de acompanhamento e de avaliação atendem à concepção do curso definida no PPC, em especial no item 3.13, a partir da página 58, os quais se fundamentam no modelo utilizado pela internacionalmente reconhecida e prestigiada Fundação Getúlio Vargas (FGV), já que a IES participa do Programa de Instituições certificadas pela FGV. Esse sistema de avaliação é eficiente e plenamente capaz de avaliar de forma justa e coerente o rendimento dos estudantes, possibilitando seu desenvolvimento e autonomia de forma contínua e efetiva, considerando que está baseado nos dois critérios fundamentais de frequência e rendimento, este em duas etapas

obrigatórias, que avaliam não só conteúdo, mas também se as habilidades e competências estão sendo desenvolvidas pela composição de atividades avaliativas, principalmente na primeira etapa de avaliação do rendimento. Nessa primeira etapa, a cada semestre, o curso aplicará uma Verificação Global – VG, componente de 1,0 da nota, que funciona como ferramenta pedagógica implantada no Curso de Direito – Campus Aldeota desde 2011, com aprovação do seu respectivo NDE, de extrema valia para termômetro do aprendizado pela emissão individual de relatórios de acerto de questões por unidade curricular, bem como identificação de áreas conhecimento com deficiência para promoção de atividades de nivelamento, por exemplo. Ainda nesta primeira etapa, outras atividades diferentes de avaliação por prova, como seminários, simulados de julgamentos, simulações de Cortes, realização de trabalhos que podem ser encaminhados ao professor, por meio do próprio Portal do Aluno, e pelo mesmo canal devolvido ao aluno com as considerações do professor. Revelando que mesmo as atividades diferentes de prova possuem informações para o controle sistematizado e disponibilizadas ao estudante pelo Portal do Aluno, com acesso remoto ou em Secretaria Acadêmica. Esses mecanismos garantem que as avaliações, por sua natureza multifacetada, garantam a formação do acadêmico além do necessário controle de atendimento de rendimento e frequência. A VG e demais atividades avaliativas, e a influência de seus resultados para a promoção de atividades de nivelamento, cursos de extensão, palestras, oficinas, etc. indicam a coerência do planejamento de ações concretas para a melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas. Ainda, destaca-se que as disciplinas de natureza prática têm um sistema de avaliação próprio embora de fundamento no sistema geral, para harmonizá-lo com acompanhamento das atividades de elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso e Estágio Curricular Supervisionado. Desta forma, passam a existir três etapas obrigatórias de acompanhamento, para TCC sendo de um relatório de rendimento emitido pelo orientador, um laudo por parecerista da área (também professor da IES) e uma banca examinadora; e para o estágio, de um relatório emitido pelo supervisor, uma prova avaliativa e outro relatório de supervisão; sendo em todas as etapas exigido o atendimento a média igual ou superior a 7,0.

1.20. Número de vagas.

5

Justificativa para conceito 5: A abertura do Curso de Direito no Campus Central, bem como a especificação da quantidade de vagas solicitadas para esse curso foi fundamentada em estudos periódicos, quantitativos e qualitativos desenvolvidos pela Gerência de Planejamento da Mantenedora. Esses estudos baseiam-se também em pesquisas realizadas com a comunidade acadêmica da região, já que hoje a IES conta com alunos oriundos de suas unidades de Educação Básica (uma delas localizada, inclusive, no Campus Central) as quais contam com um número representativo de interessados em ingressar no Curso de Direito. De acordo com a pesquisa on-line realizada em outubro de 2017 com quase 800 alunos dos 1º e 2º anos do Ensino Médio, ao serem questionados qual curso de preferência para ingressar na universidade, cerca de 20% responderam que têm interesse no Curso de Direito, além disso, mais de 55% do total de alunos entrevistados consideraria estudar em uma universidade particular. Em abril de 2018 foi realizada uma nova pesquisa incluindo mais de 1.400 alunos de 3º ano do Ensino Médio e do cursinho vestibular do Colégio Farias Brito Central, a pesquisa apontou interesse ainda maior para o Curso de Direito. Cerca de 31% dos alunos entrevistados indicaram o Curso de Direito como primeira opção para ingressar na universidade e mais de 68% do total de alunos consideraria estudar em universidade particular. Na análise de demanda pelo Curso na cidade de Fortaleza, utilizando os dados públicos do INEP, e a demanda de inscritos no processo seletivo FB Uni, aplicando dados internos do Centro Universitário, nos últimos dois anos, foram quase 1.500 inscritos no processo seletivo do FB Uni para o Curso de Direito. Em 2017, foram ofertadas, em Fortaleza, mais de 6,2 mil vagas distribuídas em 15 instituições de Ensino Superior. Atualmente, a FB Uni é a 6ª instituição com maior número de matriculados, tendo 775 alunos, e a 8ª em número de vagas ofertadas, com 214 vagas por ano. De forma qualitativa e quantitativa, também é mensurada a busca dos alunos dos

Colégios Farias Brito por cursos de Direito, dado que representam uma parcela importante de futuros alunos do Curso de Direito do FB Uni. Em 2018.1, 64,2% dos alunos do Colégio Farias Brito inscritos para processos seletivos de curso de Direito eram oriundos da unidade Farias Brito Central. Todas as informações anteriores são analisadas de forma quantitativa para fundamentar a criação de 100 vagas no Campus Central, uma vez que 20% dos inscritos nos processos seletivos do FB Uni são oriundos de bairros adjacentes a essa região da cidade. Tem-se ainda que, cerca de 15% da base de atuais alunos do curso de Direito do FB Uni residem em bairros adjacentes ao Centro. Para atender a essa demanda no campus do Centro, já existe uma adequação do Corpo Docente e a instituição dispõe de plataforma on-line para auxiliar na distribuição de conteúdo do curso. Após definir a quantidade de vagas a ser solicitada, a IES estruturou a composição do Corpo Docente considerando a dimensão de implantação de 2 turmas que funcionarão simultaneamente, cada uma com 50 alunos. Nesse processo identificou-se a necessidade de incorporar 16 professores ao processo de Autorização do Curso, sendo 5 deles em Tempo Integral e todos os demais em Tempo Parcial. O setor de Engenharia da Mantenedora foi responsável pela estruturação das condições de infraestrutura física, realizando todas as reformas necessárias para a adequação do espaço físico às necessidades do Ensino Superior, com atenção especial aos parâmetros de acessibilidade para adequação à norma NBR 9050 e, aos aspectos dispostos nas NRs 8 e 17, do MTE, que estabelecem normas sobre Edificações e Ergonomia. O setor de Suporte Tecnológico da Mantenedora foi responsável pela estruturação das condições de infraestrutura física e tecnológica para o ensino e iniciação científica. Entretanto, a partir de reuniões com a CPA para análise dos relatórios de avaliação realizados no campus já existente da IES, optou-se por apresentar uma infraestrutura tecnológica diferenciada para esse Curso, implantando a Sala de Tecnologia FB (FB Edtech) como ferramenta de apoio às políticas de ensino e aprendizagem.

1.21. Integração com as redes públicas de ensino. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os cursos que não contemplam integração com as NSA redes públicas de ensino no PPC.

Justificativa para conceito NSA: NSA

1.22. Integração do curso com o sistema local e regional de saúde (SUS). Obrigatório para cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS. NSA

Justificativa para conceito NSA: NSA

1.23. Atividades práticas de ensino para áreas da saúde. Obrigatório para cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS. NSA

Justificativa para conceito NSA: NSA

1.24. Atividades práticas de ensino para licenciaturas. Obrigatório para licenciaturas. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA: NSA

Dimensão 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL 5,00

2.1. Núcleo Docente Estruturante – NDE. 5

Justificativa para conceito 5: A partir da realização da reunião in loco e da análise de documentos, verificou-se que o NDE possui seis docentes, todos estavam presentes à reunião. Foi relatado e verificado na documentação dos docentes que todos eles constam como professores do curso de Direito. Também verificou-se que todos os membros atuarão em regime de tempo integral ou parcial. Dos seis professores membros do NDE, cinco possuem regime de trabalho de tempo Integral o que corresponde a 83,33% do total. Dos seis professores membros do NDE, todos possuem titulação stricto sensu o que corresponde a 100% do total. Destes, cinco são Doutores e um é Mestre. O coordenador do curso é integrante do NDE. Os membros do NDE relataram a participação durante todo o processo de formação da proposta do curso de Direito e incluíram na sua apresentação o compromisso da verificação contínua

do processo de formação do estudante, e do sistema de avaliação utilizado em cada disciplina. A consideração do perfil do egresso foi diversas vezes referenciada como um indicador, tanto para adaptar-se às DCN quanto para o acompanhamento do PPC, atribuições previstas no Regulamento do Núcleo Docente Estruturante (art. 6), apresentado na visita in loco. No referido regulamento também está previsto o planejamento e estabelecimento de metodologia que propicie a continuidade das atividades e compromissos com a maior parte ou com todos os membros do NDE até o ato regulatório seguinte, informação ratificada pelos componentes em reunião.

2.2. Equipe multidisciplinar. Exclusivo para cursos que visam a ofertar disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância NSA (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016). NSA

Justificativa para conceito NSA:NSA.

2.3. Regime de trabalho do coordenador de curso. 5

Justificativa para conceito 5:O regime de trabalho do coordenador é de tempo integral. Para gerir o trabalho realizado, a cada semestre, o Coordenador elabora um plano de ação, baseado na planilha Modelo de Plano de Ação disponibilizada pela CPA, que foi compartilhado com a equipe de avaliação. Existe a previsão no plano de ação, que o acompanhamento deste seja realizado pela CPA a cada semestre. Ao término do semestre o coordenador devolve para a CPA o plano finalizado com as indicações das metas que foram cumpridas. A previsão do planejamento de ações é que o coordenador envolva docentes, discentes e as estruturas de gestão no planejamento e execução do plano, bem como, que possibilite a proposição de novas ações de planejamento por parte desses para a coordenação, favorecendo a integração e a melhoria contínua da equipe e comunidade acadêmica do curso.

2.4. Corpo docente: titulação. 5

Justificativa para conceito 5:A Instituição apresentou relatório de estudo com o perfil do egresso e justificou o perfil e a titulação do corpo docente previsto e seu desempenho em sala de aula a partir de tais análises. Inclusive, foi apresentado o resultado de uma avaliação institucional com a avaliação de docentes. Com o perfil apresentado de docentes foi possível constatar a capacidade e importância da formação dos docentes para a atuação profissional e acadêmica do discente. Também foi referenciado pelos docentes a abordagem metodológica voltada para a priorização do acesso a conteúdos de pesquisa, relacionando-os aos objetivos das disciplinas e ao perfil do egresso, e incentivar a produção do conhecimento, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa e da publicação.

2.5. Regime de trabalho do corpo docente do curso. 5

Justificativa para conceito 5:Foram apresentados os Contratos de Trabalho, Termos de Compromisso do Professor e Estudo de Análise do Corpo Docente do Curso de Graduação em Direito. Tal documento especifica quadro de horários e atividades dos docentes, que evidenciaram que o regime de trabalho possibilita o atendimento integral da demanda. 5 professores têm dedicação em tempo integral e os demais em tempo parcial. Na reunião também foi referenciada a viabilidade da regência de disciplinas, atendimento aos discentes, participação no colegiado, (composto por 4 professores), representatividade docente, planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem, para o que pode utilizar a estrutura do próprio campus, e sendo de tempo integral, em gabinetes específicos destinados ao trabalho docente. Foi verificado também nos documentos apresentados a carga horária total por atividade, prevendo a viabilidade de horas para planejamento e gestão de suas ações.

2.6. Experiência profissional do docente (excluída a experiência no exercício da docência superior). NSA para cursos de licenciatura. 5

Justificativa para conceito 5:O corpo docente possui, em sua maioria, formação na área do Direito Público, o que se adequa ao perfil do egresso, demonstrando afinidade acadêmica e facilitando as discussões em torno da

integralização curricular e das práticas pedagógicas adotadas, bem como a realização da transdisciplinariedade por meio de movimento didático harmonioso e coerente com o projeto pedagógico a ser executado. Encontram-se entre os membros do corpo docente, profissionais de variadas carreiras jurídicas, como advogados, defensores públicos, procuradores da República, delegada de polícia civil, sociólogo e historiador. A unidade da formação, aliada à diversidade das atuações, garante uma postura didática abrangente e consistente, fundamental para o sucesso do Projeto Pedagógico do Curso de Direito.

2.7. Experiência no exercício da docência na educação básica. Obrigatório para cursos de licenciatura e para CST da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA: NSA.

2.8. Experiência no exercício da docência superior. 5

Justificativa para conceito 5: Os docentes apresentados têm média de 10 anos de atuação no ensino superior e participam no Curso de Direito de um outro campus da instituição. Possuem formação e atuação variada permitindo interdisciplinaridade e a promoção de ações que irão ao encontro do perfil dos acadêmicos que está mais afeto à formação profissional proposta do curso. Demonstrou-se pela formação acadêmica, que tem previsão e incentivo pelo Programa de Capacitação Docente, e pelas experiências de docência a capacidade de elaborar atividades que promovam a aprendizagem de alunos com dificuldades, bem como já manejam bem, participando da elaboração e aplicação de avaliações diagnósticas implantadas no Curso de Direito.

2.9. Experiência no exercício da docência na educação a distância. NSA para cursos totalmente presenciais. NSA

Justificativa para conceito NSA: NSA.

2.10. Experiência no exercício da tutoria na educação a distância. NSA para cursos totalmente presenciais. NSA

Justificativa para conceito NSA: NSA.

2.11. Atuação do colegiado de curso ou equivalente. 5

Justificativa para conceito 5: O Curso conta com Colegiado de Curso, regido por Regulamento próprio, apresentado para a comissão de avaliação. Observando o Regulamento percebe-se que há planejamento de atuação do colegiado do curso, que é nomeado para sua atuação institucional, tendo representatividade do Corpo Docente (com quatro professores), do Corpo Técnico (com um funcionário relacionado à Gestão do Curso), do Corpo Discente (com um representante que será escolhido por indicação do Diretório Acadêmico, e em sua falta pelo Conselho de Representantes de Turmas) e da Sociedade Civil (com um representante). As reuniões têm periodicidade determinada de pelo menos 1 por semestre, mas também podem ser feitas extraordinariamente mediante demanda, e suas reuniões são registradas em atas. As decisões registradas em atas têm seu fluxo consorte o assunto demandado, mas sempre no sentido de encaminhamento, seja para a Coordenação do Curso, ou Representação de Unidades Curriculares, ou mesmo gestão acadêmica realizada pelo Departamento de Assuntos Acadêmicos.

2.12. Titulação e formação do corpo de tutores do curso. NSA para cursos totalmente presenciais. NSA

Justificativa para conceito NSA: NSA

2.13. Experiência do corpo de tutores em educação a distância. Exclusivo para cursos que visam a ofertar disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016). NSA

Justificativa para conceito NSA: NSA.

2.14. Interação entre tutores (presenciais – quando for o caso – e a distância), docentes e coordenadores de curso a distância. Exclusivo NSA

para cursos que visam a ofertar disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância (conforme Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016).

Justificativa para conceito NSA:NSA.

2.15. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica. 5

Justificativa para conceito 5:A Instituição disponibilizou as pastas dos docentes. Os documentos apresentados evidenciaram a produção científica dos mesmos, bem como seu registro no currículo lattes, também disponibilizados e atualizados em cópia da plataforma, confirmando a veracidade das informações. Assim, foi possível constatar que dos 16 professores do quadro docente, 9 deles possuem pelo menos 9 produções nos últimos 3 anos, totalizando 50% do curso.

Dimensão 3: INFRAESTRUTURA 5,00

3.1. Espaço de trabalho para docentes em Tempo Integral. Considerar os espaços de trabalho para os docentes em Tempo Integral do primeiro ano do curso (CST) ou dois primeiros anos (bacharelados/licenciaturas). 5

Justificativa para conceito 5:No decorrer da visita às instalações do Centro Universitário Farias Brito, observou-se que os espaços de trabalho para Docentes em Tempo Integral viabilizam ações acadêmicas. Isso se deve ao fato de ter sido observada estrutura física, composta por 5 salas de trabalho individual, uma para cada docente, propícias para a realização de tais atividades. Os espaços referidos "Espaço de trabalho para docentes em Tempo Integral" atendem aos padrões exigidos quanto às dimensões, luminosidade, acústica e climatização com acessibilidade, o que demonstra atender às necessidades institucionais. Composto por espaço amplo, com acústica confortável e ar-condicionado instalado de acordo com a capacidade do maquinário e necessidades do ambiente. Possuem, ainda, recursos de tecnologia da informação e comunicação apropriados, com a presença de mesas com computadores ligados à internet e com senhas de acesso restrito; e impressora, bem como telefones com ramais. O citado mobiliário atende às especificações ergonômicas e satisfazem as exigências em relação aos aspectos de saúde dos funcionários. Os espaços ainda garantem a privacidade para uso dos recursos, para o atendimento a discentes e orientandos, e para a guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança, pois há, nos referidos, armários com chaves, além de gaveteiros, também com chaves. Mesas e cadeiras são dispostas de modo a permitir atividades desenvolvidas individual ou coletivamente, a depender do corpo docente. Assim, observa-se que os espaços de trabalho para docentes em Tempo Integral estão em conformidade com as exigências propostas e permitem dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelo Centro Universitário Farias Brito.

3.2. Espaço de trabalho para o coordenador. 5

Justificativa para conceito 5:Por meio da visita às instalações, foi observado que o coordenador possui sala própria, que viabiliza as ações acadêmico-administrativas, pois está em ambiente agradável e de fácil acesso, possibilitando empatia no atendimento de acadêmicos e professores. Possui recepção informativa de horários e atividades para otimizar o atendimento personalizado da comunidade acadêmica, que é destaque na cultura institucional. Encontrando-se ainda a referida sala próxima às salas de gabinetes docentes e sala de coletiva de professores, em prédio contíguo ao prédio da Reitoria e Núcleo de Apoio à Gestão da Mantenedora, atendendo às necessidades institucionais. Tem estação de trabalho com computador interligado à rede institucional, Intranet e Internet, permitindo o atendimento individual e em grupo, possuindo mobiliário adequado para trabalho de gabinete e reunião de pequenos grupos. Como infraestrutura tecnológica diferenciada, vale citar a existência de televisão vinculada a computador com acesso cabeado e sem fio e mesa para reuniões em grupo, como o de representantes das unidades curriculares, de forma a possibilitar modelos colaborativos e distintos de trabalho, além de ter acesso à impressão, cópia e scanner de documentos para acompanhamento e controle acadêmico, que também é feito por meio do TOTVS e Portal do Aluno; desenvolvimento de

estudos para a atualização de conteúdos e integralização curriculares; elaboração de avaliações, como a VG, e acesso ao programa de requisições de confecção gráfica – LECON.

3.3. Sala coletiva de professores. NSA para IES que possui espaço de trabalho individual para todos os docentes do curso. Considerar a sala coletiva de professores para os docentes do primeiro ano do curso (CST) 5 ou dois primeiros anos (bacharelados/licenciaturas).

Justificativa para conceito 5: Durante a visita in loco, observa-se que a sala coletiva de professores está localizada no térreo do Campus, é de fácil acesso, possui tamanho e mobiliário que viabilizam o trabalho docente pela praticidade de sua organização. Possui computadores interligados à Internet, televisão, pontos de fonte energética para equipamentos pessoais como celulares, computadores, tablets; e espaço para projeção que estão apropriados para o quantitativo de docentes. Está climatizada, conta com uma copa com refrigerador, “geláguas”, pia e microondas, ainda que a Instituição zeze pela oferta diária de lanche variado e apropriado aos costumes locais. Dispõe de apoio técnico-administrativo próprio, que é a Secretaria do Curso de Direito, que está bem próxima, além do apoio da Secretaria da Coordenação Geral dos Cursos para os assuntos trabalhistas. Possui escaninhos, em madeira, individuais e personalizados para a guarda de equipamentos e materiais. Em área contígua e mais reservada permite o descanso e atividades de lazer e integração em ambiente mais descontraído, ideal para o relaxamento necessário ao labor do ensino superior.

3.4. Salas de aula. Considerar as salas de aula para o primeiro ano do curso (CST) ou para os dois primeiros anos (bacharelados/licenciaturas). 5

Justificativa para conceito 5: Na realização da visita às instalações verificou-se que a instituição conta com salas de aula aparelhadas para os acadêmicos de forma a possibilitar bom desempenho docente e discente. Tais salas são adequadas às atividades propostas, considerando que as salas comportam até 60 alunos. A alocação das salas é feita considerando a previsão de vagas autorizadas e pode sofrer modificações dependendo do número de alunos matriculados nas turmas, entretanto sempre é identificado que as salas possuem um dimensionamento inclusive superior ao que é necessário para as turmas. Todas as salas de aula possuem lousas grandes e recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas: projetor, computador para o professor, caixa de som, internet cabeada para uso do professor em aula, rede Wi-Fi separada para o professor e rede Wi-Fi separada para alunos. A acessibilidade é promovida pelo Núcleo de Acessibilidade do FB Uni e é garantida pela incorporação de diferentes recursos como forma de garantir maior acessibilidade. Vale destacar: entrada de sala com piso tátil, informações em braille nas portas, sistema de som disponível, espaço reservado para alunos cadeirantes, cadeiras para sinistrômanos e cadeiras para obesos. A IES consta com um Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e Gerenciamento da Manutenção Patrimonial, que possibilita a conservação e melhoria de desempenho de toda a estrutura física e equipamentos. Além da manutenção preventiva, o Setor de Engenharia da Mantenedora também é responsável pela elaboração de projetos de modernização, reformas e ampliações dentro da FB Uni. Com a intenção de desenvolver e implementar estratégias inovadoras no uso de recursos didáticos para o processo de ensino – aprendizagem, facilitando a compreensão dos conteúdos abordados em sala de aula de modo eficaz e significativo para os alunos, são realizadas peças que envolva situações reais ou simuladas de diversas problemáticas do universo jurídico. Estudos de casos são trabalhados em sala de aula e os alunos podem acessar um ambiente virtual com uma diversidade de periódicos e artigos conceituados de diversas áreas. Vale a pena destacar o acesso tanto pelos alunos, quanto pelos professores do acesso à Biblioteca Virtual ou demais recursos tecnológicos disponíveis pela internet. Para dar suporte da implantação de Metodologias Ativas, a IES conta com: • Sala de Metodologias Ativas equipada com 6 (seis) mesas colaborativas para trabalho em grupo, lousa digital, carrinho tecnológico com 18 tablets, rede sem fio com acesso à Internet. Tal sala de aula permite o desenvolvimento de

atividades didáticas que permitam o trabalho colaborativo entre alunos mediado por tecnologia, ação estruturada para ser realizada especificamente no processo de implantação do Curso de Direito no Campus Central. • Sala Edutech equipada com 9 (nove) notebook's/mini PC's, carrinho tecnológico com 18 tablets, mesas individuais para acomodar 40 alunos para estudo individual com recurso tecnológico próprio ou disponibilizado pela IES, rede sem fio com acesso à Internet.

3.5. Acesso dos alunos a equipamentos de informática. Considerar o laboratório de informática, ou outro meio de acesso a equipamentos de informática, para o primeiro ano do curso (CST) ou para os dois primeiros 5 anos (bacharelados/licenciaturas).

Justificativa para conceito 5: A IES possui 4 espaços que possibilitam o acesso a equipamentos de informática pelos discentes, atendendo às necessidades institucionais e do curso. São eles: • Laboratório de Informática, equipado com 22 (vinte e dois) computadores de última geração e softwares como o Microsoft Office e softwares de última geração, projetor multimídia e rede sem fio; • Sala FB Edutech equipada com 9 (nove) notebook's/mini PC's, carrinho tecnológico com 18 tablets, mesas individuais para acomodar 40 alunos para estudo individual com recurso tecnológico próprio ou disponibilizado pela IES, rede sem fio com acesso à Internet. • Sala de Metodologias Ativas equipada com 6 (seis) mesas colaborativas para trabalho em grupo, lousa digital, carrinho tecnológico com 18 tablets, rede sem fio com acesso à Internet. • Biblioteca com sistema informatizado para consulta de acervo, inclusive via internet, e acesso à internet através da disponibilização de 8 (oito) mini PC's (terminais) e carrinho equipado com 18 tablets para ser utilizado nos espaços de estudos individuais disponíveis para atender a 118 alunos simultaneamente. Dessa forma, a IES conta com 40 computadores e 54 tablets à disposição dos alunos do Curso de Direito, atendendo às necessidades institucionais e do curso em relação à disponibilidade de equipamentos, conforto dos espaços e adequação dos espaços físicos. Todos esses equipamentos estão patrimonializados pela IES. O Regimento Interno dos Laboratórios, disposto para todos, define as normas de segurança empregadas, existindo o suporte de dois profissionais destinados exclusivamente ao cumprimento das mesmas e atendimento dos usuários. Tal equipe conta também com o apoio presencial de um Membro da Equipe de Suporte de TI da Mantenedora, além do suporte remoto dessa equipe, que fica localizada na sede da mantenedora. Os Laboratórios de Informática, a Sala FB Edutech e a Biblioteca têm espaço físico de fácil acesso, seguindo os padrões de acessibilidade necessários, além de serem climatizados. Os laboratórios dispõem de itens de acessibilidade cuidadosamente projetados e de fácil visualização. Tais itens são objetos de grande atenção sendo continuamente aperfeiçoados, assegurando aos alunos o direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de tecnologias assistidas, compreendendo equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos. Um exemplo da efetivação das ações afirmativas é a disponibilização de softwares como o DOSVOX, VLIBRAS e NVDA nos computadores, assim como equipamentos como fones de ouvido e teclado em braile. Para atender às necessidades institucionais e do curso em relação à disponibilidade à estabilidade e velocidade de acesso à internet e à rede sem fio, a IES conta com duas empresas de renome contratadas para oferecer largura de banda suficiente para os usuários, mesmo em momentos de pico. A IES dispõe de 2 (dois) link's dedicados e redundantes (em alta disponibilidade) de acesso à internet com banda de 50Mbps, de fornecedores distintos, em alta disponibilidade. O Firewall contratado como serviço junto a parceiro local de Segurança da Informação identifica automaticamente a necessidade de uso e aloca dinamicamente a banda necessária para o uso. Existe uma Política de Acesso à Internet, restringindo o acesso a site indevidos e de conteúdo malicioso, garantindo uma maior segurança para os usuários e para a instituição. Além da internet cabeada, a IES dispõe de solução de rede Wi-Fi corporativa, segmentada para discentes e docentes, garantindo que o uso de cada rede tenha a política e banda necessária para uma boa velocidade no acesso à internet. Possui um

sistema de monitoramento e controle de uso da internet, que permite aumentar a banda e bloquear ou liberar sites conforme necessidade. As condições ergonômicas são fruto de um projeto contínuo desenvolvido pelo Setor de Engenharia e Manutenção Predial da Mantenedora, atentando-se para as cores utilizadas, a disposição das lâmpadas e a manutenção constante das cadeiras. A procura por soluções inovadoras e transformadoras e a prática de metodologias ágeis ocorrem continuamente. Tablets, softwares diferenciados e uma lousa interativa permitem aulas mais dinâmicas e participativas. Alunos e professores podem se informar sobre a configuração das máquinas e periféricos através de planilhas atualizadas. Pela Política de Atualização de Softwares anualmente verifica-se a necessidade de atualização tecnológica de acordo com as novas versões de softwares que são utilizados. A IES possui um plano de manutenção semestral, onde são formatados e reinstalados todos os softwares dos Laboratórios de Informática e da Biblioteca. Possuem também contratos com grandes fornecedores de software, como a Microsoft, garantindo sempre o uso das últimas versões de seus produtos. Ao adquirir equipamentos a IES opta por trabalhar com fabricantes líderes do mercado e que possuam alto grau de qualidade (DELL, Lenovo e HP), com garantia mínima de 3 (três) anos, prazo utilizado para revisão e possível troca dos equipamentos. Além disso, a Equipe de Suporte de TI da Mantenedora realiza avaliação anual dos espaços de acesso a equipamentos de informática, considerando sua adequação, qualidade e pertinência, a partir da apresentação de relatórios com recomendações de uso. Dessa forma, a IES atende às necessidades institucionais e do curso em relação à disponibilidade existência de hardware e software atualizados e a realização de avaliação periódica de seus espaços de TI.

3.6. Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC). Considerar o acervo da bibliografia básica para o primeiro ano do curso (CST) ou para os dois 5 primeiros anos (bacharelados/licenciaturas).

Justificativa para conceito 5: Na visita às instalações específicas da Biblioteca do Centro Universitário Farias Brito percebeu-se que a IES proporciona um ambiente propício para o estudo e a pesquisa bibliográfica, com espaços para leituras individuais, sala de estudo em grupos e o Espaço FB EduTech, para pesquisa via Internet, consulta ao acervo, presencial ou remoto da Biblioteca Virtual, além de prateleiras e móveis próprios para a guarda do acervo. O acervo físico encontra-se tombado e informatizado, de fácil acesso pelo sistema da Biblioteca Autobib 3.0, na página oficial da IES e em PCs para pesquisa local, tanto para localização dos livros nas prateleiras como para solicitação de empréstimo. Há política para empréstimo dos livros descrita no Regulamento da Biblioteca. A consulta também pode ser feita por catálogos impressos, permitindo consulta por autor e título, e consulta on-line pelo sistema da biblioteca, por autor, título, assunto e editora. O acervo virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários (acadêmicos e professores) com a plataforma "Minha Biblioteca". As notas fiscais que comprovam a aquisição dos livros físicos e o contrato do acervo virtual estão registrados em nome do Centro Universitário Farias Brito. O acervo da bibliografia básica está adequado aos conteúdos previstos para o curso e suas unidades curriculares, conforme relação dos títulos para cada uma delas e também está atualizado considerando especialmente o acompanhamento doutrinário jurisprudencial de conteúdos com base exegética. Igualmente, o acervo está referendado pelo NDE observada a indicação nos relatórios realizados pelos professores e aprovados em reunião, na seguinte proporção: para o total de 100 vagas anuais, cada Unidade Curricular deverá especificar a quantidade mínima de 6 exemplares físicos para o principal livro de referência da disciplina e de 4 exemplares físicos para os demais livros indicados como bibliografia básica da disciplina, considerando a existência de, ao menos 3 livros físicos e um virtual para cada Unidade Curricular, ficando a cargo da bibliotecária a disponibilização de mais exemplares com o intuito de cumprir com o critério de análise do instrumento anterior de autorização de curso, com o objetivo de totalizar a média de 20 exemplares para a bibliografia básica entre todas as Unidades Curriculares. Vale ressaltar que o NDE considera relevante acrescer 1 título virtual na Bibliografia Básico e ainda a referência de

pelo menos um periódico indicado pelo professor e referendado pelo NDE, como revista especializada da Plataforma EBSCO, que tem sistema de busca em vários idiomas, com acesso irrestrito pelo professor e aluno, por meio do Portal. A existência de livros virtuais tanto reforçou a agilidade na atualização do acervo nas áreas mais voláteis, como também despertou a IES para um recurso inovador que é disseminado pelo uso de tecnologia portátil, do próprio aluno ou disponibilizada pela IES, para a leitura de livros virtuais dos cursos presenciais. Desta forma a IES reforçou a utilização dos livros virtuais pelo acesso físico, que pode acontecer dentro da própria biblioteca, no Laboratório de Informática, na Sala FB Edutech, na Sala de Metodologias Ativas, nas quais se encontram computadores ou carrinhos com os tablets, e até mesmo na área de convivência da IES. A Biblioteca dispõe de sistema próprio de análise da quantidade de exemplares emprestados, lista de reservas com qualificação das informações, permitindo um critério real de gerenciamento do acervo para atualização. Existindo plano de contingência para garantir o acesso ao serviço.

3.7. Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC). Considerar o acervo da bibliografia complementar para o primeiro ano do curso (CST) 5 ou para os dois primeiros anos (bacharelados/licenciaturas).

Justificativa para conceito 5: Na visita às instalações específicas da Biblioteca do Centro Universitário Farias Brito percebeu-se que a IES proporciona um ambiente propício para o estudo e a pesquisa bibliográfica, com espaços para leituras individuais, sala de estudo em grupos e o Espaço FB EduTech, para pesquisa via Internet, consulta ao acervo, presencial ou remoto da Biblioteca Virtual, além de prateleiras e móveis próprios para a guarda do acervo. O acervo da bibliografia complementar está adequado aos conteúdos previstos para o curso e suas unidades curriculares, conforme relação dos títulos para cada uma delas e também está atualizado considerando especialmente o acompanhamento doutrinário jurisprudencial de conteúdos com base exegética. Igualmente, o acervo está referendado pelo NDE observada a indicação nos relatórios realizados pelos professores e aprovados em reunião, na seguinte proporção: presença de pelo menos 5 títulos, idealmente em formato virtual, disponibilizados nas plataformas Minha Biblioteca ou EBSCO. Para isso, o acervo virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários (acadêmicos e professores) com as plataformas. A existência de livros virtuais tanto reforçou a agilidade na atualização do acervo nas áreas mais voláteis, como também despertou a IES para um recurso inovador que é disseminado pelo uso de tecnologia portátil, do próprio aluno ou disponibilizada pela IES, para a leitura de livros virtuais dos cursos presenciais. Desta forma a IES reforçou a utilização dos livros virtuais pelo acesso físico, que pode acontecer dentro da própria biblioteca, no Laboratório de Informática, na Sala FB Edutech, na Sala de Metodologias Ativas, nas quais se encontram computadores ou carrinhos com os tablets, e até mesmo na área de convivência da IES. A Biblioteca dispõe de sistema próprio de análise da quantidade de títulos acessados, permitindo um critério real de gerenciamento do acervo, existindo plano de contingência para garantir o acesso ao serviço.

3.8. Laboratórios didáticos de formação básica. NSA para cursos que não utilizam laboratórios didáticos de formação básica, conforme PPC. Considerar os laboratórios para o primeiro ano do curso (CST) ou para os dois primeiros anos (bacharelados/licenciaturas). NSA

Justificativa para conceito NSA: NSA

3.9. Laboratórios didáticos de formação específica. NSA para cursos que não utilizam laboratórios didáticos de formação específica, conforme PPC. Considerar os laboratórios para o primeiro ano do curso (CST) ou para os dois primeiros anos (bacharelados/licenciaturas). NSA

Justificativa para conceito NSA: NSA

3.10. Laboratórios de ensino para a área de saúde. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC e DCN. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA: NSA

3.11. Laboratórios de habilidades. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA:NSA

3.12. Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA:NSA

3.13. Biotérios. Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos. NSA

Justificativa para conceito NSA:NSA

3.14. Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística). NSA para cursos que não contemplam material didático no PPC. NSA

Justificativa para conceito NSA:NSA

3.15. Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais. Obrigatório para Cursos de Direito, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos. 5

Justificativa para conceito 5: Por ocasião da visita in loco, embora a legislação não condicione sua instalação, foi visitado o NPJ que atende o Curso de Direito de outra unidade da IES na mesma cidade, cujo local funcionará as atividades do Curso que ora se requer autorização. As disciplinas de estágio curricular supervisionado são desenvolvidas em espaços externos e também em atividades de prática profissional junto ao Núcleo de Prática Jurídica – NPJ, localizado em prédio anexo ao Campus do Centro Universitário Farias Brito para facilitar o acesso da comunidade Fortalezaense. Em uma área de aproximadamente 320m² construídos, os ambientes foram projetados para o desenvolvimento de atividades práticas, as provas práticas, os debates, dentre outras atividades semelhantes. O Núcleo de Prática Jurídica conta ainda com mobiliário e equipamentos de informática para o desenvolvimento das atividades, todos com acesso à rede interna (servidor e impressoras), internet banda larga, com bases de dados jurídicos, dentre outros bancos de jurisprudência e doutrina, tais como Jurissíntese e Magister, programa de gestão de processos e clientes LISYS, com acesso aos programas de virtualização de processos como o PJE, e-SAJ, PROJUDI, todos com auxílio de monitor (acadêmico) de informática para a capacitação permanente do corpo funcional, discente e docente do NPJ, utilizando-se de laboratório específico quando necessário. O NPJ possui estrutura física com acessibilidade em todos os setores, desde o estacionamento, com vaga exclusiva para pessoas portadoras de necessidades especiais e idosos, rampas de acesso e piso tátil, passando pelos corredores largos, rampas internas, até os sanitários adaptados e as placas em braille. Além disso, funciona em estrutura anexa à 21ª Unidade dos Juizados Especiais Cíveis, disponibilizando os serviços de acesso à Justiça em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, e ainda oferecendo vagas de estágio aos acadêmicos do curso. As disciplinas práticas do NPJ participam do Projeto Visita Guiada, que leva os acadêmicos do curso de Direito aos órgãos judiciários e auxiliares da Justiça para que tenham conhecimento da realidade e funcionamento destas entidades e possam se familiarizar com a rotina forense. O NPJ possui estrutura, regulamento e coordenação próprios que planeja, coordena e executa as múltiplas atividades previstas para a melhor realização do estágio curricular, desde o atendimento ao público e prestação de serviços comunitários, até a simulação de trâmites processuais. Numa carga horária de 320 horas de estágio curricular supervisionado como condição de conclusão de curso, estão previstas quatro disciplinas sucessivas, com carga horária de 80 (oitenta) horas cada, a iniciar-se obrigatoriamente no 6º semestre, com opção de início a partir do 5º semestre, quando os acadêmicos, normalmente, concluem o pré-requisito da disciplina de Direito Processual Civil I, para a disciplina de Estágio Curricular Supervisionado I. Nesse sentido, as reuniões do colegiado da coordenação

realiza avaliação periódica quanto ao atendimento da demanda do curso pelo Núcleo de Práticas Jurídicas em suas atividades básicas, identificando a necessidade atual de cumprimento da carga horária prática em 5 unidades básicas de formação: Unidade da Defensoria Pública, Unidade de Mediação, Unidade de Prática Simulada, Unidade de Assessoria ao Poder Público e Unidade de Acompanhamento de Estágio Externo. Mencionada divisão possibilita ainda uma avaliação periódica quanto aos processos de planejamento para o adequado atendimento da demanda existente, isto é, cada unidade objetiva a capacitação profissional do acadêmico, permitindo a integração da prática aos conteúdos teóricos, através da execução de suas atividades específicas, respectivamente: atendimento à comunidade nas áreas cível, criminal e familiar, favorecendo o acesso à Justiça, realizando acordos a serem homologados junto ao Poder Judiciário e realizações de mediação, como formas adequadas de solução de conflitos; simulação de procedimentos judiciais cíveis, criminais e trabalhistas, com ênfase em uma dessas matérias, incluindo fases recursais; simulação de procedimentos legislativos e executivos; simulação da atuação na seara internacional dos Direitos Humanos e acompanhamento do acadêmico em estágio externo. Desta feita, a prática jurídica acontece sob duas vertentes pedagógicas: a prática jurídica real, que é desenvolvida nas unidades de Defensoria Pública, Mediação e Assessoria ao Poder Público, e a prática jurídica simulada, que ocorre através das ênfases destacadas na unidade de mesmo nome, e de forma mista para as unidades de Assessoria ao Poder Público e Mediação. Ressalte-se que o Curso de Direito do FBUNI, com o viés humanístico para sua formação acadêmica, direcionou o NPJ para a consolidação da cultura de paz, estimulando a prática jurídica através da conciliação e mediação como meios mais adequados à solução de conflitos, além de mudar o paradigma beligerante do profissional do Direito. Sendo assim, desde março de 2016, a FBUNI firmou convênio com o Tribunal de Justiça do Ceará – TJ/CE, através do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – NUPEMEC, para a instalação no prédio do NPJ de um Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC e capacitação de novos conciliadores e mediadores judiciais. O convênio visa atender a Resolução n.º 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que dispõe sobre a política nacional de tratamento de conflitos no âmbito do Poder Judiciário, e as novas demandas criadas a partir da Lei da Mediação (Lei n.º 13.140/2015) e do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015). O CEJUSC/FBUNI atua especificamente na solução de conflitos pré-processual, processual e setor de cidadania. Atualmente, as professoras Helena Stela Sampaio e Larissa Maia Nunes estão habilitadas pelo CNJ para ministrar cursos de capacitação de novos conciliadores e mediadores judiciais, cuja certificação ocorre através do NUPEMEC/TJ-CE. A formação, por sua vez, consiste em curso teórico e estágio probatório. Diante destas medidas, a disciplina de mediação do NPJ interage com a disciplina optativa de Solução Adequada de Conflitos e fortalece a parceria com o TJCE através do CEJUSC/FBUNI. Destaque-se ainda a contribuição do intercâmbio entre as ciências do Direito e da Psicologia por meio do apoio na realização das Oficinas de Parentalidade desenvolvidas semestralmente pelo CEJUSC, da participação de psicólogas nas mediações que envolvem menores vítimas de violência sexual e da parceria com a Escola de Psicanálise do FBUNI. Destaca-se que o convênio com a Secção da OAB Ceará incentiva e corrobora com a necessidade e vantagens de filiação do acadêmico de Direito como estagiário inscrito nos quadros dessa autarquia regulamentadora profissional.

Dimensão 4: Considerações finais.

Dimensão 4.1. Informar o nome dos membros da comissão de avaliadores.

Adriana Fasolo Pilati Scheleder e Leila Regina Paiva de Souza.

Dimensão 4.2. Informar o número do processo e da avaliação.

Número da avaliação: 144711. Número de Protocolo: 201808010.

Dimensão 4.3. Informar o nome da IES e o endereço (fazer o devido relato em caso de divergência).

Centro Universitário Farias Brito – FB UNI.

Dimensão 4.4. Informar o ato autorizativo.

DIREITO (Bacharelado), com carga horária total em horas (60 minutos) de 3793h, carga horária de estágio supervisionado de 320h, carga horária das atividades complementares de 280h, TCC com 160h, com solicitação de 100 (cem) vagas totais anuais, na modalidade presencial. O curso será ofertado na Rua Barão do Rio Branco, 2424, Fátima, 60025062, Fortaleza / CE.

Dimensão 4.5. Informar o nome do curso, o grau, a modalidade e o número de vagas pretendidas.

DIREITO (Bacharelado).

CARGA HORÁRIA: total em horas (60 minutos) de 3793h, carga horária de estágio supervisionado de 320h, carga horária das atividades complementares de 280h, TCC com 160h.

MODALIDADE: Presencial.

VAGAS: 100 (cem) vagas totais anuais.

Dimensão 4.6. Explicitar os documentos utilizados como base para avaliação (PDI e sua vigência; PPC; Projeto de Autoavaliação e demais relatórios da IES).

Na avaliação in loco, ademais do PDI e PPC anexados ao sistema e-mec pelo Centro Universitário Farias Brito, foram verificados os seguintes documentos:

DIMENSÃO 1

01. Projeto Pedagógico do Curso - PPC
02. Apresentação da Coordenação
03. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI
04. Percurso Formativo
05. Representação Gráfica do Perfil do Egresso
06. Matriz de Competência
07. Portfólio de Disciplinas que atendem aos Requisitos Étnico-Racial e Cultura Africana, Educação Ambiental, Direitos Humanos
08. Programa de Responsabilidade Social
09. Programa de Educação em Direitos Humanos, Educação Ambiental e Relações Étnico-Raciais
10. Programa de Desenvolvimento Sustentável
11. Manual de Atividades Ativas e Integrativas
12. Regimento Geral
13. Planos de Ensino
14. Calendário Acadêmico
15. Editais Processos Seletivos
16. Horários de Aula
17. Regulamento do Estágio Supervisionado
18. Portaria de nomeação do coordenador de estágio
19. Convênios para Estágio Supervisionado
20. Regulamento de Atividades Complementares
21. Cronograma de Atividades Complementares Institucionais
22. Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso
23. Programa de Incentivo à Participação em Eventos e Produções Científicas
24. Manual de Edição do TCC
25. Normas de Submissão para as Revistas Institucionais
27. Regulamento da Coordenação de Apoio ao Aluno
28. Regulamento da Coordenação de Apoio Psicopedagógico
29. Regulamento da Ouvidoria
30. Projeto de Acompanhamento ao Egresso e Empregabilidade
31. Programa de Mobilidade Acadêmica
32. Regulamento do Programa de Nivelamento
33. Manual do Aluno
34. Programa de Iniciação Científica
35. Projeto de Atendimento ao Portador de TEA e Síndrome de Asperger
36. Regulamento do Plano de Garantia de Acessibilidade
37. Projeto de Atendimento Extraclasse
38. Regulamento do Programa de Bolsas de Estudos
39. Regulamento de Monitoria

40. Editais de Monitoria (Modelo)
41. Política de Comunicação com a Sociedade
42. Regulamento do Programa de Extensão e Planilha de Orçamento para Extensão e Iniciação Científica
43. Regulamento do Centro de Inovação e Empreendedorismo
44. Projeto de Avaliação Institucional
45. Regulamento da Comissão Permanente de Avaliação
46. Portaria de Nomeação e Atas de Reunião da CPA
47. Projeto de Gestão do Curso – Avaliação ENADE
48. Síntese do Relatório de Avaliação de Autoavaliação Institucional
49. Portfólios diversos das TICs - Portal na Internet / "Fale Conosco" / Portfólio do Portal Acadêmico / Portfólio do Sistema de Gestão Acadêmica / Portfólio da Página no Facebook / Portfólio da Biblioteca Virtual / Portfólio do Uso de Metodologias Inovadoras por meio de Tecnologias
50. Estudo realizado para Oferta do Curso e Número de Vagas

DIMENSÃO 2

1. Regulamento Núcleo Docente Estruturante
2. Portaria de Nomeação NDE
3. Atas de Reuniões do NDE
4. Portaria de Nomeação do Coordenador
5. Manual do Coordenador e Docentes da IES e Plano de Ação da Gestão do Curso
6. Tabela de Atributos Docentes
7. Relatório de Adequação dos Docentes do Curso
8. Termos de Compromisso dos Docentes
9. Portaria de Nomeação do Colegiado
10. Atas de Reuniões do Colegiado
11. Regulamento de Funcionamento do Colegiado

DIMENSÃO 3

01. Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e Gerenciamento da Manutenção Patrimonial
02. Memorial descritivo da IES
03. Regulamento do Uso do Laboratório de Informática
04. Plano de Contingência e Redundância
05. Regulamento do Plano de Manutenção e Ampliação de Equipamentos
06. Plano de Atualização e Manutenção da Biblioteca / Plano de Contingência da Biblioteca
07. Relatório de Adequação do Acervo Bibliográfico
08. Planilha dos Periódicos selecionados pelo NDE
09. Regulamento da Biblioteca
10. Contrato da Biblioteca Virtual
11. Bibliografia Básica e Bibliografia Complementar constante no PPC / Termo de Doação de Acervo Bibliográfico
16. Regulamento N.P.J / Manuais do NPJ
17. Portaria de Nomeação do Coordenador

Dimensão 4.7. Redigir uma breve análise qualitativa sobre cada dimensão.

A avaliação in loco para a autorização do curso de Direito da Faculdade CENTRO UNIVERSITÁRIO FARIAS BRITO - CAMPUS FFB CENTRAL, transcorreu de forma serena e produtiva. A organização dos documentos institucionais e acadêmicos pela equipe administrativa em pastas, separadas por assuntos e indicador, ajudou bastante o trabalho da equipe de avaliação, pela facilidade e velocidade de acesso aos comprovantes relativos a cada item avaliado.

Sobre a dimensão da organização didático-pedagógica, o projeto é sólido e coerente com o perfil proposto e apresenta metodologia inovadoras e ativas, adotadas pela IES como um todo. Ganha relevo, também, a implementação nas disciplinas dos aspectos regionais da localidade, ou seja, a implementação do perfil do egresso, que tem o potencial de suprir a demanda por uma formação mais adequada ao contexto transformações contemporâneas da sociedade regional, bem como, através de metodologias inovadoras, a integração entre ensino, pesquisa e extensão, inserindo o discente na realidade regional e local.

Sobre a dimensão do corpo docente, ademais da experiência profissional e, na sua grande maioria experiência de pesquisa e extensão universitária, destaca-se a coerência, união e uníssona consideração e estima pela IES e suas políticas, nas dimensões profissional, acadêmica e humanística. As reuniões com a CPA, NDE e Docentes foram essenciais para que os membros da comissão pudessem compreender não só elementos institucionais do projeto, como também o profundo envolvimento pessoal e profissional dos membros da comunidade acadêmica com a comunidade, o que desde logo o robustece e legitima, pois indica uma aderência institucional (em uma perspectiva de seus recursos humanos). Importante destacar que o corpo docente demonstrou claramente orgulho em pertencer a rede de educação do Centro Universitário Farias Brito, possibilitando a aplicação de uma educação transformadora que adota metodologias inovadoras, como mencionado pelos próprios docentes.

Na dimensão relativa à infraestrutura, foram contempladas, também, as informações constantes nos documentos elencados anteriormente, complementados por informações obtidas nas diversas reuniões realizadas "in loco", e que envolveram a coordenação do curso, os professores, NDE, dirigentes e alguns funcionários administrativos, que enfatizaram suas formações e experiências no campo de atuação e no curso em avaliação, além de outros aspectos, constante na dimensão, e que subsidiaram a nota atingida.

Destaca-se as instalações destinadas aos docentes TI e o espaço destinado à Coordenação de Curso, cujo ambiente é propício ao atendimento de demandas, inclusive as mais sensíveis do ponto de vista emocional. Nessa dimensão, destaca-se ainda os laboratórios móveis com tablets à disposição do corpo discente, inclusive da sala de inovação metodológica com lousa digital, que permitem a aplicabilidade de metodologias ativas no processo ensino/aprendizagem.

Em uma visão geral, a comissão teve acesso a todos documentos disponibilizados e a novos sempre que solicitados, e a equipe da IES portou-se de maneira cordial, ética e polida, facilitando o fluxo de trabalho de todos envolvidos no processo.

Considerações finais da comissão de avaliadores e conceito final :

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA COMISSÃO DE AVALIADORES

Durante o período de avaliação in loco, a Comissão cumpriu os horários previamente agendados com a Coordenação do Curso do Centro Universitário Farias Brito, reunindo-se com gestores da IES, com integrantes do Núcleo Docente Estruturante (NDE), com membros da Comissão Própria de Avaliação (CPA), com docentes vinculados ao programa de graduação sob avaliação e com o pessoal administrativo, ainda, vistoria nas instalações da instituição, como laboratórios, salas de aula, ambiente de trabalho da coordenação do curso, sala de professor em tempo integral, biblioteca, secretaria acadêmica e sala de professores, registrando as observações consideradas relevantes ao desenvolvimento do procedimento de avaliação.

Destaca-se a visita aos espaços específicos para o atendimento ao aluno. A instituição disponibiliza dois espaços: a Coordenação de Apoio ao Aluno com a presença de uma profissional bacharel na área, com dedicação de 40 horas semanais, que atua junto à equipe de professores, coordenadores e funcionários e corpo discente com a finalidade de resolver os assuntos de ordem acadêmica para manter o bom relacionamento entre todos e a Coordenação de Apoio Psicopedagógico, onde são atendidas as demandas individuais de adaptação.

Também foi dedicado tempo considerável do trabalho avaliativo à verificação de toda a documentação apresentada pela IES para fins de Autorização de Curso. Como ato conclusivo da visita in loco, realizada para verificar a infraestrutura da IES, analisar documentações e colher informações dos principais atores envolvidos no desenvolvimento do programa de graduação sob apreciação, esta Comissão procedeu ao preenchimento do instrumento avaliativo pertinente, quantificando cada indicador das três

dimensões avaliadas, verificando o cumprimento dos requisitos legais e normativos aplicáveis e justificando todas as conclusões de suas análises. A par da observância ao atendimento dos referenciais de qualidade estabelecidos pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior e da síntese quantitativa expressa através da correspondência DIMENSÃO/CONCEITO, pela qual se verifica o conceito 5 em TODAS DIMENSÕES.

Cabe ressaltar a estruturação, em todos os espaços visitados, de instrumentos de acessibilidade, sobretudo salas de aula, biblioteca, salas de estudo além de outros espaços de uso comum.

Esses elementos, ao tempo em que estruturam o relatório ora apresentado, fundamentam a conclusão de que ao Curso do Centro Universitário Farias Brito, oferecido na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na modalidade de ensino presencial, apresenta um perfil de qualidade EXCELENTE, com o CONCEITO FINAL 5.

CONCEITO FINAL CONTÍNUO

5,00

CONCEITO FINAL FAIXA

5

[FECHAR](#)

[IMPRIMIR](#)